



FACULDADE BAIANA DO SENHOR DO BONFIM

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM
AGRONEGÓCIO**

**Senhor do Bonfim-BA
2020**

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	p.03
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	p.03
3. INTRODUÇÃO	p.04
4. JUSTIFICATIVA	p.05
5. OBJETIVOS	p.06
6. PERFIL PROFISSIONAL	p.06
7. CAMPO DE ATUAÇÃO	p.07
8. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO	p.08
8.1 Matriz Curricular	p.08
8.2 Número de Vagas e Turmas	p.09
8.3 Turno de Funcionamento	p.09
8.4 Carga Horária e Período de Integralização do Curso	p.09
8.5 Ementário e Planos de Curso	p.09
8.5.1 Ementário	p.11
8.6 Disciplinas Optativas	p.48
9. INTERAÇÃO TEORIA E PRÁTICA	p.56
9.1 Projeto Integrador	p.56
9.2 Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO)	p.58
9.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	p.60
9.4 Atividades Complementares	p.61
10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	p.62
10.1 Avaliação discente	p.62
10.2 Avaliação Docente	p.65
10.3 Avaliação do Curso	p.66
10.4 Apoio ao Discente	p.67

10.4.1 Apoio Psicopedagó	p.67
10.4.2 Atividades de Nivelamento	p.68
10.4.3 Apoio aos Centros Acadêmicos – CA	p.68
10.4.4 Setores Institucionais de Atendimento ao Aluno	p.69
11. INTEGRAÇÃO ENSINO/PESQUISA/EXTENSÃO	p.70
12. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO	p.71
12.1 Conselho Superior	p.71
12.2 Colegiado de Curso	p.72
12.3 Coordenação de Curso	p.72
13. RELAÇÃO ENTRE O PROJETO DO CURSO E O PROJETO INSTITUCIONAL	
p.73	
14. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	p.74
14.1 Políticas de Inclusão Social	p.74
14.1.1 Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico Racial	
p.75	
14.2 Política de Acessibilidade	p.76
14.2.1 Acessibilidade Atitudinal	p.80
14.2.2 Acessibilidade Metodológica	p.80
14.2.3 Acessibilidade nas Comunicações e Digital	p.81
14.2.4 Atendimento Prioritário, Imediato e Diferenciado	p.81
14.2.5 Serviço de Tradução e Interpretação da Língua Brasileira dos Sinais – LIBRAS	
p.82	
14.3 Políticas de Educação de Ambiental	p.82
14.4 Política de Comunicação Externa e Interna	p.82

**14.5 Política de Apoio
Institucional**

Material Didático

p.85

REFERÊNCIAS

p.86

ANEXOS

p.88

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio ofertado pela Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB). Tal documento foi concebido buscando atender os fundamentos legais expressos nas seguintes direcionadores legais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996); Diretrizes Nacionais Curriculares dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNE/CP 03/2002) (BRASIL, 2002a); Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (BRASIL, 2002b); Resolução 473/02 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia que Institui Tabela de Títulos Profissionais do Sistema CONFEA/CREA e dá outras providências (CREA, 2002).

A proposta de ofertar o Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio decorre da busca da consolidação da FABASB enquanto instituição de ensino superior formadora de profissionais com competências/habilidades para atender as novas exigências sociais/mercadoológicas oriundas do Ambiente Rural, em especial, na região de Senhor do Bonfim (BA), semiárido nordestino. Neste sentido, o presente curso de graduação possui como intencionalidade a formação profissional para atuação no gerenciamento de processos responsáveis pela consolidação das diversas cadeias produtivas pertencentes ao agronegócio nacional.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

REGIME DO CURSO	Semestral
NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS POR SEMESTRE	50
TAMANHO DA TURMA	50 alunos
TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO	Mínimo: 6 semestres Máximo: 10 semestres
CARGA HORÁRIA	2400 horas
TURNOS DE FUNCIONAMENTO	Noturno
ENDEREÇO DO CURSO	Rua Visconde do Rio Branco, nº 42, Centro – Senhor do Bonfim – Bahia, 48970-000

3. INTRODUÇÃO

A Faculdade Baiana de (FABASB) é uma instituição de ensino superior, cuja a mantenedora é a RGS Empreendimentos Educacionais Empreendimentos Educacionais LTDA–ME fundada em 11 de julho de 2008 com objetivo de ofertar cursos de formação, capacitação, treinamento e desenvolvimento profissional e pessoal, abrangendo diversas áreas do conhecimento, modalidades e níveis. A FABASB está localizada no centro da cidade de Senhor do Bonfim (BA), município que se encontra à 376 km de Salvador (BA) e que pode ser considerado uma “cidade satélite” na região que está inserida, assim, atraindo pessoas e processos para seu entorno.

A FABASB, na comunidade a qual está inserida, desenvolve projetos de cursos de extensão, aperfeiçoamento e qualificação, e propõe-se a evidenciar os valores da cidadania na compreensão crítica de seu papel estratégico no contexto regional e socioeconômico, contribuindo para uma transformação modernizadora na elevação dos patamares da educação, em especial na microrregião de Senhor do Bonfim (BA).

Tem como missão ampliar as oportunidades educacionais de jovens e adultos na educação profissional através de ensino de qualidade e inovações tecnológicas, formando e capacitando profissionais qualificados para atender as exigências e necessidades do mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento humano e social embasada em valores como competência, compromisso, Ética e Responsabilidade Social.

O futuro/presente aponta para continuidade em busca da qualidade do ensino ofertado e dos serviços dele derivados, vislumbrando a ampliação de estratégias de comunicação com a sociedade, o resgate da memória histórica da cidade e da instituição, a ampliação da infraestrutura para as atividades de ensino e de assistência à saúde, o aprimoramento dos programas de incentivo docente e discente, assim como das estratégias de internacionalização. Tais perspectivas já se encontram alinhadas nos instrumentos de planejamento institucional e retratam ações que materializam a qualquer tempo o percurso definido para a FABASB desde sua criação, que pode ser traduzido pela

finalidade de criar oportu nento individual e de desenvolvimento para Senhor do Bonfim (BA) e municípios circunvizinhos.

4. JUSTIFICATIVA

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio surgiu no Brasil a partir da necessidade da formação de um profissional capaz de lidar com a demandas oriundas das cadeias produtivas da agropecuária, a partir da atuação laboral tanto em grandes empresas, quanto em pequenas propriedades que desenvolvem Agricultura Familiar. Desse modo, é perceptível importância da atuação de um profissional (tecnólogo) com capacidades/habilidades para desenvolver os processos gerenciais/comerciais relacionados os produtos oriundos do meio rural, em especial, na região semiárida nordestina.

A partir desse entendimento a Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB) possui o firme propósito de possibilitar o acesso à educação de nível superior com qualidade, em especial, no que se refere ao processo formativa para mundo tecnológico. Sabe-se que os diferentes segmentos da sociedade enfrentam, diante das exigências de mudanças rápidas, alta capacidade de renovação e ajustamento das organizações sociais e do mundo do trabalho, uma nova concepção que se apresenta para as instituições de ensino superior: ser participante ou agente do processo de desenvolvimento do país desenvolvendo a função gerencial rural por excelência, ao nível da unidade escolar, elemento decisivo para desencadear e orientar o processo de mudança indispensável à renovação da educação formal concebida em termos de escolaridade.

Nesse cenário identificou-se a importância e necessidade da implementação de Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio no município de Senhor do Bonfim (Bahia), principalmente, porque a região em questão possui como característica econômica o desenvolvimento de ações agropecuárias, assim, ao ofertar uma graduação que possua características voltadas para o ambiente rural busca-se satisfazer demandas para formar um contingente de massa crítica/profissional capaz de contribuir no

desenvolvimento do campo p... re alinhado as exigências ambientais contemporâneas.

5. OBJETIVOS

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB) tem como objetivo geral formar profissionais com competências/habilidades para atuar em negócios agropecuários; a agricultura familiar; as agroindústrias; as cooperativas; as associações e outras organizações agrárias.

Para isso são postos como objetivos específicos:

- Entender técnicas administrativas que possibilitem a ampliação de eficiência do mercado agrícola e agroindustrial;
- Conhecer as cadeias produtivas do setor agropecuário;
- Analisar os custos de produção e aspectos econômicos para a comercialização de novos produtos e serviços agropecuários;
- Desenvolver ações mercadológicas aplicadas ao agronegócio;
- Ajudar na organização e execução de atividades administrativas do negócio rural;
- Orientar a organização de associações e cooperativas que promovam o desenvolvimento sustentável, a economia solidária e a autogestão.

6. PERFIL DO PROFISSIONAL

O egresso do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da FABASB é um profissional com formação técnica, apto a atuar na viabilização comercial de soluções técnicas que envolvam a gestão das cadeias produtivas rurais; na realização de prospecção de novos mercados agrícolas; na análise da viabilidade comercial para negócios agropecuários; na elaboração e analisar de projetos comerciais para pequenas e grandes propriedades rurais; na captação de recursos financeiros em agências de crédito rural; na estruturação

de cooperativas e associações, aprimoramento social do agronegócio; na atuação e operação de derivativos agropecuários (boi gordo, café, soja, milho, etc.) no mercados futuros; no desenvolvimento do comércio exterior relacionado a agronegócio.

Para tanto, são desenvolvidas nos alunos, durante o curso, as seguintes competências/habilidades, consideradas relevantes:

- Determinar os processos para administração de cadeias produtivas do setor;
- Ter uma visão sistêmica para gerenciar o agronegócio em todos os níveis de sua cadeia produtiva, viabilizando soluções técnicas eficientes;
- Identificar e implantar alterações nas organizações em função do tempo e características de cada sistema do agronegócio;
- Entender e mensurar os fatores políticos, sociais, econômicos, ambientais e institucionais para propor políticas públicas em agronegócio;
- Desenvolver criatividade para inovar e ser empreendedor, tomando decisões corretas, destacando atitudes que viabilizem, economicamente, as organizações como propriedades, empresas e cooperativas;
- Planejar e executar projetos sustentáveis para otimização e uso racional de recursos, dentro de um ambiente de crescente inovação tecnológica no setor agropecuário;
- Depreender com base em princípios éticos e de maneira sustentável;

7. CAMPO DE ATUAÇÃO

O processo formativo do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade Baiana do Senhor do Bonfim (FABASB) oferta condições para esse profissional atuar em empresas que atuam em atividades de agronegócios, cooperativas, sindicatos, prefeituras, administração de propriedades rurais, consultorias e prestação de serviços, em especial aquelas atuantes no agronegócio desenvolvido semiárido nordestino.

O curso busca formar tecnólogos comprometidos com o desenvolvimento da pessoa humana, com a ética e com as melhores práticas para o

8. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

8.1 Matriz Curricular

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE
FUNDAMENTOS DO AGRONEGÓCIO 60h	CADEIA PRODUTIVA DE CARNE, LEITE E DERIVADOS 60h	CADEIA PRODUTIVA DE PECUÁRIA 60h	AGROPECUÁRIA DE PRECISÃO 60h	AGROENERGIA E BIOCOMBUSTÍVEIS 60h	MERCADO DE MÁQUINAS AGRÁRIAS 60h
PRINCÍPIOS DE SANIDADE E FITOSSANIDADE 60h	CADEIA PRODUTIVA DE CULTURAS AGRÍCOLAS 60h	CADEIA PRODUTIVA DE HORTIFRUTICULTURA 60h	FLORICULTURA, PLANTAS ORNAMENTAIS E PAISAGISMO 60h	COMERCIALIZAÇÃO E LOGÍSTICA AGROPECUÁRIA 60h	DERIVATIVOS AGROPECUÁRIOS 60h
METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO 60h	PLURALIDADE SOCIAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RURALIDADES 60h	AGRICULTURA FAMILIAR 60h	EXTENSÃO RURAL 60h	ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO 60h	NEGÓCIOS INTERNACIONAIS 60h
MATEMÁTICA APLICADA A ADMINISTRAÇÃO 60h	ESTATÍSTICA 60h	CONTABILIDADE GERAL 60h	DIREITO AGRÁRIO 60h	ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS 60h	TÓPICOS AVANÇADOS EM AGRONEGÓCIO 30h
EMPREENDEORISMO 60h	ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS 60h	CAPTAÇÃO DE RECURSOS 60h	MARKETING 60h	GOVERNANÇA NO AGRONEGÓCIO 60h	OPTATIVA 30h
Eixo Básico - 300 horas	Eixo Profissional - 900 horas			Eixo de sedimentação - 540 horas	
PROJETO INTEGRADOR I, II, III e IV 160 horas				ESTÁGIO SUPERVISIONADO 240 horas	TCC 160 horas
ATIVIDADES COMPLEMENTARES – 100 H					
CARGA HORÁRIA TOTAL - 2400 HORAS					

8.2 Número de Vagas e Turmas

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade Baiana do Senhor do Bonfim (FABASB) oferece 100 (cem) vagas anuais, divididas em 2 (duas) turmas com entradas semestrais.

8.3 Turno de Funcionamento

O curso tem suas atividades realizadas de Segunda a Sexta-Feira no turno Noturno, quando necessário será utilizado o Sábado como dia letivo para atividades curriculares, extracurriculares ou avaliações.

8.4 Carga Horária e Período de Integralização do Curso

O curso foi concebido para ser desenvolvido em 6 (seis) semestres letivos totalizando 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas de atividades curriculares, divididas do seguinte modo: 1740 horas de disciplinas teórico-práticas; 160 horas de Projeto Integrador; 240 horas de Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) ; 160 horas de Trabalho de Conclusão de Curso e 100 de Atividades Complementares.

Ao longo do curso será propiciado ao discente o desenvolvimento das competências e habilidades previstas na legislação vigente inerentes ao bom desempenho do profissional do Tecnólogo em Agronegócio (BRASIL, 1996); (BRASIL, 2002a); (BRASIL, 2002b); (CREA, 2002). Destaca-se a preocupação constante da FABASB em relação ao corpo docente na promoção do desenvolvimento das competências e habilidades em cada uma das disciplinas, porém, dependendo da natureza da disciplina, haverá uma priorização de determinadas competências/habilidades em detrimento de outras.

8.5 Ementário e Planos de Curso

O ementário apresentado a seguir foi revisado a partir de discussões, análises e sínteses produzidas coletivamente pelo corpo docente, desse modo, buscou-se, assim, a construção de uma postura transdisciplinar frente ao

conhecimento científico, técnico-profissional e humanístico que envolve a formação profissional do tecnólogo em Agronegócio.

Estas discussões coletivas se deram com a presença da coordenação do curso juntamente com os professores de cada área de conhecimento no seu sentido mais amplo. Após estas discussões, as propostas foram consolidadas por um grupo de trabalho que novamente as submeteu ao corpo docente como um todo, sendo, então, aprovadas em Colegiado de Curso. Pretende-se, assim, de forma sistemática, detectar não só conteúdos relevantes que estavam ausentes no ementário originalmente aprovado para a autorização de funcionamento do curso, como ainda garantir a não sobreposição de conteúdos nas diversas disciplinas componentes da nova matriz curricular.

Este não é, porém, um processo que possa ser considerado como terminado. Sendo assim, os conteúdos a serem desenvolvidos, a metodologia de trabalho, bem como as bibliografias utilizadas em cada uma das disciplinas são continuamente analisados e avaliados pela coordenação de curso em conjunto com o corpo docente. Com isso, objetiva-se promover a análise permanente e o redirecionamento, sempre que necessário, do planejamento acadêmico do curso como um todo.

Os itens citados, assim como outros, estão detalhados e sistematizados ementário apresentado a seguir. Estes são os documentos que formalizam a prática acadêmica da instituição na sala de aula, sendo então necessária à sua revisão de forma sistemática, a cada semestre letivo, pela coordenação, juntamente com os professores responsáveis, visando garantir, desta forma, a aderência aos objetivos gerais e específicos do Curso.

A bibliografia possui um papel de destaque nestas discussões, já que existe a percepção institucional que um dos fatores que motivará o estudante do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade Baiana do Senhor do Bonfim (FABASB) a construir o seu trajeto intelectual e profissional será a capacidade da realização de leituras e estudos, os quais permitam a elaboração de sínteses e críticas sobre os diversos teóricos que dão sustentação a sua área

de conhecimento e suas diferentes especialidades, sempre levando em conta a existência de interdisciplinaridade com as outras áreas de conhecimento afins.

Assim, as bibliografias, tanto obrigatórias quanto complementares, deverão ser atualizadas constantemente para todas as disciplinas que compõem a matriz curricular, permitindo aos alunos o acesso ao que há de mais atual em relação a cada uma das áreas estudadas. Desse modo, é adotada a prática de disponibilização dos planos de ensino de todas as disciplinas no Portal Universitário para todos os alunos do curso. Objetiva-se com isso permitir que todos os discentes conheçam de forma detalhada a proposta acadêmica a ser implementada na condução das diferentes disciplinas que formam a matriz curricular de cada semestre letivo.

8.5.1 Ementário

São apresentados a seguir, detalhadamente e por semestre, as ementas dos componentes curriculares que compõem o Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade Baiana do Senhor do Bonfim (FABASB).



1º SEMESTRE

DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
FUNDAMENTOS DO AGRONEGÓCIO	1º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Conceito de agronegócio. A visão sistêmica. Estrutura e dimensão do agribusiness. A importância do agronegócio na economia brasileira: desempenho e crescimento. Especificidades da produção agroalimentar. Segmentos dos sistemas agroindustriais: segmentos antes, dentro e depois da porteira. Setores ligados ao agronegócio. Novos enfoques para a organização da produção agroindustrial. Sistemas agroindustriais, complexos agroindustriais, cadeias de produção agroindustriais, agribusiness e desenvolvimento regional, agropolos, clusters. Ensino, pesquisa e consultoria em agronegócio. Perfil da oferta e da demanda por recursos humanos para o agronegócio brasileiro. Estudos de casos de cadeias do agronegócio no Brasil. Logística Agroindustrial. Monitoramento do desempenho de cadeias do agronegócio.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ARAÚJO, M. J. Fundamentos de Agronegócios. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>CALLADO, A. A. C. (Org.). Agronegócio. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>BRUNO, R. A. L. Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. MAUAD Editora Ltda, 2019.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BATALHA, M. O. (Coord.) Gestão do Agronegócio. Ed. EdUFSCar. São Carlos, 2005.</p> <p>NOVAES, A. G. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. Ed. Campus. Rio de Janeiro, 2001</p> <p>ZYLBERSZTAJN, D. e NEVES, M. FAVA (Orgs.) Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. Ed. Pioneira. São Paulo, 2000.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
PRINCÍPIOS DE SANIDADE E FITOSSANIDADE	1º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Prevenção, vigilância e controle de pragas e doenças. Normas internacionais e medidas sanitárias e fitossanitárias. Pragas e doenças quarentenárias. As exigências de inocuidade dos alimentos e as condições sanitárias animais e vegetais para produtos agropecuários em circulação no comércio nacional e internacional. Acordos internacionais.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANDREI. Compêndio de Defensivos Agrícolas: 9ª ed. Guia Prático de Produtos Fitossanitários para uso Agrícola. Agrolivros, 2013.</p> <p>GELMINI, G.A. <i>et al.</i> Agrotóxicos e Afins - Coletânea de Legislação Básica e Correlata. Campinas, Coordenadoria de Defesa Agropecuária, 2004.</p> <p>ZAMBOLIM, L.; ZUPPI, M; SANTIAGO, T. O que engenheiros agrônomos devem saber para orientar o uso de produtos fitossanitários. 5ª ed. Revisada e Ampliada. UFV / ANDEF, 2019.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>KIMATI; AMORIM; REZENDE; BERGAMIN; CAMARGO. Manual de Fitopatologia Doenças das Plantas Cultivadas, V 2, 4.ed. Ceres, 2005.</p> <p>LORENZI, H. Manual de identificação e controle de plantas daninhas. 6.ed. Plantarum, 2006.</p> <p>OLIVEIRA JR., R.; CONSTANTIN, J. Plantas Daninhas e seu Manejo. Guaíba: Agropecuária, 1998.</p> <p>ROMEIRO, R S. Controle Biológico de Doenças de Plantas – Procedimentos. UFV, 2007.</p> <p>VIDAL, R.A.; MEROTTO JR., A. Herbicidologia. Porto Alegre: UFRGS, 2001.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
METODOLOGIA CIENTÍFICA	1º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Técnicas de pesquisa bibliográfica. Fundamentos da ciência: divisão, métodos, leis e teorias. Métodos científicos. Problemas e hipóteses. Variáveis independentes e dependentes. Modelos de pesquisa. Estrutura e Desenvolvimento de Projetos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CERVO, A. L.; SILVA, R. da; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2006.</p> <p>GIL, A. C. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>LAKATOS, E.M., MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2005.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>FACHIN, O. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6021: Informação e Documentação – Publicação periódica científica impressa - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. 9p.</p> <p>_____. NBR 6022: Informação e Documentação – Artigo em publicação periódica científica impressa- Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. 5p.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
MATEMÁTICA APLICADA A ADMINISTRAÇÃO	1º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>As funções: injetoras, sobrejetoras, bijetoras, crescentes, decrescentes. Gráficos das funções. Funções Econômicas. Noções de Exponencial e logaritmos. Limite: propriedades operatórias, continuidade e limites fundamentais. Derivadas: regras de derivação, taxa média de variação, análise marginal, máximos e mínimos e suas aplicações. Integral indefinida: definição, propriedades, tabela de integração e técnicas de integração. Integral definida: definição, propriedades e aplicações.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>IEZZI, G; Murakami, C. D. Fundamentos da Matemática elementar. Ed. Atual, 1999.</p> <p>MORETTI, P. A. Cálculo: Funções de uma e várias variáveis. 2 ed. São Paulo. Saraiva, 2010.</p> <p>MUROLO, A. Matemática Aplicada à Administração, Economia e Contabilidade. 2 ed. Cengage Learning, 2013.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BOULOS, P. Pré-cálculo. São Paulo: Makron Books, 2001.</p> <p>GOLDSTEIN, L. <i>et al.</i> Matemática aplicada: economia, administração e contabilidade. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.</p> <p>MUROLO, A. Matemática Aplicada à Administração, Economia e Contabilidade. 1 ed. Cengage Learning, 2004.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
EMPREENDEDORISMO	1º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Conceito, características e desafios ao empreender. Viabilidade de novos negócios. Criação, gestão e sobrevivência de novos empreendimentos. O empreendedorismo como resposta ao novo conceito de empregabilidade. Desenvolvimento de atitudes, capacidades e habilidades empreendedoras. Inovação tecnológica como diferencial competitivo para a pequena e média empresa. Plano de Negócios: estrutura e elementos do plano. Redes.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BROWN, T. Design Thinking: Uma Metodologia Poderosa; São Paulo: Elsevier, 2010.</p> <p>DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo para visionários: desenvolvendo negócios inovadores para um mundo em transformação; Rio de Janeiro: LTC, 2014.</p> <p>OSTERWALDER, A. ; PIGNEUR, Y. Business Model Generation: Inovação em Modelos de Negócios um Manual para Visionários, Inovadores e Revolucionários.; São Paulo: Alta Books, 2011.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 5ª ed. Rio de Janeiro: Empreende/LTC, 2014.</p> <p>FACHIN, O. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2010</p> <p>SALIM, C. S.; SILVA, N. Introdução ao Empreendedorismo.; Rio de Janeiro: Campus, 2010.</p>		



2º SEMESTRE

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
CADEIA PRODUTIVA DE CARNE, LEITE E DERIVADOS	2º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Produção, Consumo e Exportação de carne de aves, bovina e suína no mundo e no Brasil. Sistemas de produção e comercialização da carne no Brasil. Competitividade entre as cadeias de produção e comercialização das carnes de aves, bovina e suína. Sistema de produção e comercialização de aves. Sistema de produção e comercialização do leite e produtos lácteos. Sistema de produção e comercialização de peixes e derivados. Industrialização e consumo de peixe e fruto do mar. Legislação sobre a proibição de substâncias consideradas invasivas dos animais e saúde humana. Certificação de produto de origem animal.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ALBINO, L. F. T.; TAVERNARI, F. C. Produção e manejo de frangos de corte. Viçosa: UFV - Universidade Federal de Viçosa, 2008.</p> <p>OLIVO, R.; OLIVO, N. O mundo das carnes: ciência, tecnologia & mercado. 3. ed. Criciúma, SC: Ed. do Autor, 2006.</p> <p>PRADO, I. N.; SOUZA, J. P. (Orgs.). Cadeias produtivas: estudos sobre competitividade e coordenação. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2009.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ARAÚJO, M.J. Fundamentos de Agronegócios. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>EMBRAPA. Manual de bovinocultura de leite. Belo Horizonte: SENAR-AR/MG, 2010.</p> <p>OLIVO, R. O mundo do frango: cadeia produtiva da carne de frango. Criciúma, SC: Ed. do Autor, 2006.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
CADEIA PRODUTIVA DE CULTURAS AGRÍCOLAS	2º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Produtividade da Agricultura. Fertilidade e aspectos gerais do solo. Cadeia Produtiva das culturas do: milho, feijão, arroz, soja, cana-de-açúcar, mandioca e suas tendências e cenários. Cadeias Produtivas das pequenas empresas agrícolas. Utilização das cadeias produtivas nas pequenas propriedades.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ARAÚJO, M.J. Fundamentos de Agronegócios. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>CASTRO, L. T.; NEVES, M. F. (Org.). Agricultura integrada: inserindo pequenos produtores de maneira sustentável em modernas cadeias produtivas. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. 2. ed. -. Barueri: Manole, 2012.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>CALLADO, A.A.C. Agronegócio. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>MALAVOLTA, E. Adubos e adubações. Nova ed., rev. ampl. atual. do livro do mesmo nome de R. Pimentel-Gomes. São Paulo: Nobel, 2002.</p> <p>MARQUES, P. V., AGUIAR, D. R. D. Comercialização de produtos agrícolas. São Paulo: metodológicas e de pesquisa. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
<p align="center">PLURALIDADE SOCIAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RURALIDADES</p>	<p align="center">2º</p>	<p align="center">60</p>
<p align="center">DESCRIÇÃO / EMENTA</p>		
<p>Pluralidades e o homem do campo contemporâneo. Camponeses, Direitos Humanos, Relações Étnicos Raciais. Agricultores familiares e relação com agroindústria. Desenvolvimento Sustentável: concepções, dimensões e impactos. Ruralidades, Atores e racionalidade da construção do rural contemporâneo. A relação entre Ruralidades e Desenvolvimento Sustentável. Mudanças sociais e diferenciação dos espaços socioambientais rurais. Relações entre tecnologia e desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento Sustentável e Movimentos Sociais. Sustentabilidade e desenvolvimento rural.</p>		
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>		
<p>MARTINS, R. C. Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. São Paulo: EdUFSCar, 2014.</p> <p>NEVES, M. F.; CASTRO, L. T. Agronegócios e Desenvolvimento Sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>RIBEIRO, D. "Introdução". In: O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, p. 17-23, 2006.</p>		
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>		
<p>BRANDENBURG, A. Mundo Rural e Ruralidades. Curitiba: Editora UFPR, 2018.</p> <p>CAMPANHOLA, C. O Novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.</p> <p>LAURENTI, A. C. Ocupação e renda na nova ruralidade brasileira: tendências de variação na ocupação e no rendimento da população rural no período 2001-2009. IAP, 2014.</p> <p>PIRES, A. Ruralidades em transformação: agricultores, caseiros e moradores de condomínio. ANNABLUME, 2007.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
ESTATÍSTICA	2º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Aspectos preliminares do trabalho estatístico. Séries estatísticas representação gráfica. Médias. Separatrizes. Moda. Principais medidas de dispersão. Números Índices simples e ponderados. Deflação de dados. Ajustamento de funções matemáticas pelo método dos mínimos quadrados. Conceitos, teoremas e leis da Probabilidade. Distribuições de amostras. Intervalos de confiança. Regressão e correlação linear simples.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>FONSECA, J.S. e Martins, G. A. Curso de estatística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>GOMES, F. P. A estatística moderna na pesquisa agropecuária. Piracicaba: Potafós, 1987.</p> <p>SPIEGEL, Murray R. Estatística. 3. ed. São Paulo: Makron, 1993.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>MEYER, Paul L. Probabilidade: aplicações a estatística. 2. ed. reim. São Paulo: LTC, 2000.</p> <p>OLIVEIRA, Francisco E. M. Estatística e probabilidade: teoria, exercícios resolvidos, exercícios propostos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>STEVENSON, W.J. Estatística aplicada à administração. São Paulo: Habra, 2001.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS	2º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Conceituação geral de projeto. Gestão da elaboração e execução de projetos. Elementos básicos dos projetos. O produto do projeto e seu mercado. Estudos técnicos do projeto. Importância do projeto. Aspectos administrativos e legais, econômicos, técnicos e financeiros. Critérios de análise de viabilidade econômica de um projeto. Elaboração e análise de projetos de viabilidade.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>VARGAS, R. V. Gerenciamento de Projetos: estabelecendo diferenciais competitivos. 9ª edição. Brasport, 2018.</p> <p>DUFFY, M. Gestão de Projetos: Arregimente os Recursos. Estabeleça Prazos. Monitore o Orçamento. Gere Relatórios. São Paulo: Campus, 2006.</p> <p>KERZNER, H. Gestão de Projetos: as melhores práticas. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>CASAROTTO FILHO, N. Projeto de Negócio: Estratégias e Estudos de Viabilidade. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>HELDMAN, K. Gerência de Projetos: fundamentos: um guia prático para quem quer certificação em gerência de projetos. São Paulo: Campus, 2005.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisas bibliográfica, projeto e relatório. 7ªed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>		



3º SEMESTRE

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
CADEIA PRODUTIVA DE PECUÁRIA	3º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Evolução dos estudos de cadeias pecuárias. Principais cadeias produtivas pecuárias. Especificidades de cadeias produtivas no que se refere ao elo dos insumos, da produção, do processamento e distribuição, canais de distribuição e do consumidor final das principais cadeias produtivas pecuárias. Produção científica e análise crítica de cadeias produtivas pecuárias.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>NEVES, M.F. <i>et al.</i> Agronegócio do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>SANTOS, G. J. <i>et al.</i> Administração de custos na agropecuária. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>SILVA, A. A. Manejo integrado: integração agricultura-pecuária. Ed. UFV, 2004</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>AGUIAR, A. P. A. Pecuária de corte: custos de produção e análise econômica. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2010.</p> <p>ARAÚJO, M.J. Fundamentos de Agronegócios. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>CALLADO, A.A.C. Agronegócio. São Paulo: Atlas, 2008.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
CADEIA PRODUTIVA DE HORTIFRUTICULTURA	3º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Considerações gerais de cadeias produtivas da hortifruticultura. Situação econômica brasileira e mundial da hortifruticultura. Principais cadeias produtivas de frutíferas. Principais cadeias produtivas de olerícolas. Sustentabilidade em hortifruticultura. Impactos ambientais da hortifruticultura. Produção orgânica. Características gerais de pós colheita. Transporte e armazenamento; Aspectos fitossanitários. Programa integrado de frutas (PIF). Qualidade de produção.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CASTRO, P.R.C.; KLUGE, R.A. Ecofisiologia de fruteiras. São Paulo: Editora Ceres, 2003.</p> <p>FILGUEIRA, F.A.R. Novo manual de olericultura. Viçosa: Ed. UFV, 2000.</p> <p>SIMÃO, S. Tratado de fruticultura. Piracicaba: FEALQ, 1998.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BRUCKNER, C.H. Melhoramento de fruteiras tropicais. Viçosa: Editora UFV, 2002.</p> <p>DONADIO, L. C. A Cultura da Mangueira. Piracicaba: Ceres, 1980.</p> <p>JANICK, J. A ciência da horticultura. Rio de Janeiro, Freitas Bastos. 1966.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
AGRICULTURA FAMILIAR	3º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Noções gerais sobre a agricultura familiar. Agricultura familiar e desenvolvimento local, regional e nacional. Políticas públicas para estimular a agricultura familiar no Brasil.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ADISSI, P. J. <i>et al.</i> Gestão Ambiental das Unidades Produtivas. Editora: Elsevier, 2012.</p> <p>FEIJÓ, R. Economia agrícola e desenvolvimento rural. 1ª Ed. Editora: LTC, 2011.</p> <p>NASCIMENTO, E.P.; VIANNA, J.N.S. (Org.). Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.</p> <p>ZYLBERSZTAJN, D. Caminhos da Agricultura Brasileira. São Paulo: Atlas, 2011.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>OLIVEIRA, J.A.P. (Org.). Pequenas empresas, arranjos produtivos locais e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.</p> <p>SILVA, C.L. (Org.). Políticas Públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2003.</p> <p>VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável – o desafio do séc. XXI. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
CONTABILIDADE GERAL	3º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Noções, conceitos e princípios básicos da Contabilidade Geral. Equação contábil. O controle e o estudo do patrimônio das organizações. Escrituração contábil. Variações patrimoniais. A Demonstração do Resultado do Exercício: apuração e importância para a gestão. Sistema Financeiro Brasileiro.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 13. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>CORONADO, Osmar. Contabilidade Gerencial Básica. São Paulo. Saraiva. 2006</p> <p>RIBEIRO, Osni Moura. Estrutura e análise de balanços fácil. 9 ed. São Pulo. Saraiva. 2011.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>MARION, Jose Carlos. Teoria da Contabilidade. São Paulo. Alínea. 2011</p> <p>MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>SÁ, Antônio Lopes de. Fundamentos da contabilidade geral. São Paulo: UNA, 2000.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
CAPTAÇÃO DE RECURSOS	3º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Captação de recursos: Ética, identificação de fontes nacionais e internacionais, ajuste da redação do projeto, articulação e negociação, monitoramento. Gestão: foco em resultados, plano operacional, comunicação, monitoramento e avaliação. Projetos de geração de receitas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>HELDMAN, K. Gerência de Projetos: fundamentos: um guia prático para quem quer certificação em gerência de projetos. São Paulo: Campus, 2005.</p> <p>SAITO, R.; PROCIANOY, J. L. Captação de recursos de longo prazo. Atlas, 2008.</p> <p>VARGAS, R. V. Gerenciamento de Projetos: estabelecendo diferenciais competitivos. 9ª edição. Brasport, 2018.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>AZEVEDO, T. R. Buscando recursos para seus projetos. Editora Texto novo, 1998.</p> <p>CASAROTTO FILHO, N. Projeto de Negócio: Estratégias e Estudos de Viabilidade. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisas bibliográfica, projeto e relatório. 7.ed . São Paulo: Atlas, 2009.</p>		



4º SEMESTRE

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
AGROPECUÁRIA DE PRECISÃO	4º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Introdução ao conceito de pecuária de precisão. Automatização dos processos. Oportunidades de inserção de tecnologias nos processos de produção agrícola e de pecuária. Sistemas de posicionamento por satélites. Sistemas de informação geográficas. Monitoramento da produtividade das culturas. Sensoriamento remoto. Sensores para aplicação localizada.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BORÉM, A.; <i>et al.</i> Agricultura de Precisão. Viçosa: Editora UFV. 2000.</p> <p>SEGANTINE, P.C.L. GPS Sistema de Posicionamento Global. EESCUSP, São Carlos, 2005.</p> <p>SRINIVASAN, A. Handbook of Precision Agriculture: principles e applications. The Haworth Press. 2006.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BALASTREIRE, L.A. O estado-da-arte da agricultura de precisão no Brasil. Piracicaba: ArtsGraph, 2000.</p> <p>MOLIN, J.P. Agricultura de Precisão - O gerenciamento da variabilidade. Piracicaba, 2001.</p> <p>SILVA, F.M.; BORGES, P.H.M.B. Mecanização e agricultura de precisão. Lavras: UFLA/SBEA, 1998.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
FLORICULTURA, PLANTAS ORNAMENTAIS E PAISAGISMO	4º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Situação e importância da floricultura. Propagação de flores e plantas ornamentais. Aspectos culturais das principais espécies comerciais de flores e plantas ornamentais. Pós colheita e armazenamento de flores. Comercialização de flores e plantas ornamentais. Histórico, conceito e importância do paisagismo; Princípios básicos do paisagismo; Grupos de plantas em paisagismo; Projeto paisagístico - levantamento das condições locais. Anteprojeto; Projeto definitivo; Memorial descritivo; Planilha botânica. Implantação e manutenção dos jardins.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>DE FARIA, R. T. Floricultura: as plantas ornamentais como agronegócio. Mecenas, 2005.</p> <p>LORENZI, H. Plantas para jardim no Brasil: herbáceas, arbustivas e trepadeiras. Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda, 2015.</p> <p>WATERMAN, T. Fundamentos de paisagismo. Bookman Editora, 2011.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>LORENZI, H. Árvores brasileiras: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. V.1 ed. plantarum: nova Odessa. SP, 1992.</p> <p>MACUNOVICH, J. É fácil construir um jardim: 12 etapas simples para criar jardins e paisagens. Trad. Mary Griesi, Nobel, São Paulo, 1996.</p> <p>MOTTA, E. P. da. Técnicas de Jardinagem. Porto Alegre: Ed. Agropecuária, 1995.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
EXTENSÃO RURAL	4º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Fundamentação da prática de extensão rural. Teoria do conhecimento, agricultura e profissões. Estabelecimento de relações entre extensão e comunicação. As consequências da modernização e as críticas ao de fusionismo. Formas de intervenção social na agricultura.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ALMEIDA, A.; CAMPOS, G.W. Extensão Rural: dos livros que a gente lê a realidade que ninguém vê. Porto Alegre: Cabral Editora Universitária, 2006.</p> <p>FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Editora Paz e Terra, 2014.</p> <p>PEIXOTO, M. Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação. Brasília. CONLEG Senado federal. Textos para discussão 48, 2008.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.</p> <p>MALVEZZI, R. Semiárido: uma visão holística. Brasília: CONFEA, 2007.</p> <p>THEODORO, S. H. <i>et al.</i> (Org.). Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
DIREITO AGRÁRIO	4º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>A reforma agrária no contexto jurídico Constitucional brasileiro. Definição. Conceitos e história. Função social da propriedade. Direito Agrário brasileiro. Estatuto da Terra. Módulo rural. Propriedade rural. Das ações agrárias no código de Processo Civil. Rito. Requisitos e procedimentos. Contrários agrários e seus aspectos gerais. Formas de contratos. Arrendamento rural. Desenvolvimento rural. Proteção à economia. Política de tributação fundiária. Fatores determinantes. Dinâmica operacional e órgãos normativos e executores. Prática processual. Forma processual nos diversos procedimentos rurais. Conclusões. Análise da situação conjuntural no Brasil.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>AMADO, F. A. D. T. Direito Ambiental Esquemático. 4ª ed., Forense, São Paulo, 2013.</p> <p>BARROSO, L. A <i>et al.</i> (Orgs.) O Direito Agrário na Constituição. Ed. Forense, Rio de Janeiro, 2006.</p> <p>MARQUES, B. F. Direito Agrário Brasileiro. 6ª ed., AB editora, Goiânia, 2005.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ALVARENGA, Otávio de Mello. Direito agrário. Rio de Janeiro: Instituto dos advogados do Brasil, 1974.</p> <p>BEAUD, C. <i>et al.</i> Estado do Ambiente e no Mundo. Perspectivas Ecológicas. Instituto Piaget, Vol. 6, Lisboa, 1993.</p> <p>GISCHKOW, Emílio Alberto Maya. Princípios de direito agrário. São Paulo: Saraiva, 1988.</p> <p>MARQUES, B. F. Direito Agrário Brasileiro. 6ª ed., AB editora, Goiânia, 2005.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
MARKETING	4º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Base conceitual do Marketing: conceito e evolução. O ambiente, suas variáveis e mudanças e a formação do conceito de marketing. As funções do marketing. O sistema de marketing. O processo de marketing. Segmentação do mercado. O composto de marketing: composto de produto, de preço, de distribuição e de comunicação. Aspectos éticos e legais. Responsabilidade social do marketing.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>KOTLER, P. Administração de marketing. 10. ed. São Paulo: Pearson; Prentice Hall, 2005.</p> <p>LAS CASAS, A. L. Marketing: conceitos exercícios casos. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>ROCHA, A.; CHRISTENSEN, C. Marketing: teoria e prática no Brasil. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BASTA, Darci; <i>et al.</i> Fundamentos de marketing. 7.ed. São Paulo: FGV, 2007.</p> <p>KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Princípios de marketing. 9.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.</p> <p>RICHERS, R. O que é marketing: uma visão brasileira. Brasília: Brasiliense, 2003.</p>		



5 ° SEMESTRE

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
AGROENERGIA E BIOCOMBUSTÍVEIS	5º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Introdução histórica, a importância da biomassa na matriz energética Brasileira. A situação mundial da agroenergia, oportunidades globais e regionais. Culturas e sistemas de produção energéticos. Sustentabilidade ambiental, agrícola e energética, balanços de nutrientes e energia. Caracterização da biomassa. Tecnologias de processamento. Bioetanol de cana-de-açúcar e culturas amiláceas. Florestas energéticas. Hidrocarbonetos vegetais, óleos e biodiesel. Impactos sociais e ambientais da intensificação na produção de agroenergia. Valoração de subprodutos agroindustriais para bioenergia. Tecnologias em desenvolvimento, a próxima geração de biocombustíveis.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BUAINAIN, A. M.; BATALHA, M. O. Cadeia produtiva da agroenergia. IICA, Brasília, 2007.</p> <p>HOUTART, F. A agroenergia. Solução para o clima ou saída da crise para o capital. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.</p> <p>PERLINGEIRO, C. A. G. Biocombustíveis no Brasil: fundamentos, aplicações e perspectivas. Synergia, 2014.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BRASIL. O Futuro da Indústria: Biodiesel Coletânea de Artigos. Série Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, 14. Brasília: MDIC/Instituto Euvaldo Lodi, 2006.</p> <p>FERREIRA, H. S. <i>et al.</i> Biocombustíveis - fonte de energia sustentável? considerações jurídicas e éticas. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>HINRICKS, R. A.; KLEINBACH, M. Energia e meio ambiente. São Paulo: Thomson, 2003.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
COMERCIALIZAÇÃO E LOGÍSTICA AGROPECUÁRIA	5º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Conceitos básicos e evolução do conceito de comercialização. Estrutura, análise e pesquisa de mercados no agronegócio. Análise das principais funções da comercialização no agronegócio. Margens e <i>mark-up</i> da comercialização. Mercado futuro. Fundamentos e conceitos gerais de logística. Caracterização dos sistemas de transporte em agronegócios. Logística de operações de apoio à produção agropecuária. Sistemas de coleta e distribuição de produtos. Armazenagem, manuseio e acondicionamento de produtos em agronegócios. Localização de depósitos e de instalações de armazenagem. Controle de estoques, aquisição e programação de produção. Principais problemas de transporte e logística em complexos agroindustriais.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>FERNANDES, J. M. Caminhos do Exportador. Estratégias de internacionalização. Leya, 2018.</p> <p>MIELE, M.; WAQUIL, P. D.; SCHULTZ, Glauco. Mercados e comercialização de produtos agroindustriais. PLAGEDER, 2011.</p> <p>WAQUIL, P. D. <i>et al.</i> Mercados e comercialização de produtos agrícolas. PLAGEDER, 2010.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ARAÚJO, M.J. Fundamentos de Agronegócios. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>BRAGA, M.J.; AGUIAR, D.R.D.; TEIXEIRA, E.C. Defesa da concorrência e poder de mercado no agronegócio. Viçosa: UFV. 2005.</p> <p>HELDMAN, K. Gerência de Projetos: fundamentos: um guia prático para quem quer certificação em gerência de projetos. São Paulo: Campus, 2005.</p>		



DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	5º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Definição de cooperativismo. Definição de Associativismo. Fundamentos da cooperação, valores cooperativistas e princípios cooperativistas. Direito cooperativo. Criação de cooperativas. Legislação e definição de associativismo. Criação de uma associação e/ou cooperativa.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ABRANTES, J. Associativismo e cooperativismo. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.</p> <p>OLIVEIRA, D. Manual de Gestão das Cooperativas: Abordagem prática. 5ª ed. Ed. Atlas, 2011.</p> <p>RIOS, G. S. L. O que é cooperativismo. brasiliense, 2017.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>FARIA, R.L. Cooperativas Rurais. São Paulo: Scortecci, 2003.</p> <p>LOURENÇO. M. L. Cooperativismos e subjetividade. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2008.</p> <p>MARTINS, S. P. Cooperativas de trabalho. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS	5º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>As escolas de estratégia. Cenários estratégicos: métodos de desenvolvimento de cenários. Análise estratégica: externa e de clientes. Análise da Concorrência. Análise de Mercado. Planejamento Estratégico: a estratégia como ferramenta de gestão. Estratégia Competitiva. Estratégia para mercados em declínio. Estratégias globais. Modelos de planejamento estratégico: a análise de <i>swot</i> e sua aplicabilidade na empresa. Gestão estratégica e o plano tático. O BSC (<i>Balance Score Card</i>) como ferramenta de controle para a gestão. Implementação da Estratégia.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>MINTZBERG, H. <i>et al.</i> Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.</p> <p>OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>PORTER, M. E. Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 1986.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>CERTO, S. C.; PETER, J. Paul. Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Pearson, 1993.</p> <p>KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. Organização orientada para a estratégia: como as empresas que adotam o <i>balanced score card prosperam</i>. 13.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.</p> <p>PORTER, M.E. Vantagem competitiva. 14. ed. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 1989.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
GOVERNANÇA NO AGRONEGÓCIO	5º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Governança e evolução da gestão de pessoas e a administração estratégica de recursos humanos. Sucessão familiar. Contextualização da administração de recursos materiais e patrimoniais. Conceitos, definições, denominações e classificação de Bens e Patrimônio. Análise teórica e prática das estruturas de administração de sociedades limitadas, sociedades anônimas, companhias abertas, fundos de investimento e fundos de pensão.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BERHOEFT, R. e GALLO, M. Governança na Empresa Familiar. Poder, Gestão e Sucessão. Campus. 2003.</p> <p>GERSICK, K. E. <i>et al.</i> De geração para geração: ciclos de vida das empresas familiares (N. Montingelli Jr., Trad.). São Paulo: Negócio, editora, 2017.</p> <p>STEINBERG, H. <i>et al.</i> Governança corporativa: conselhos que perpetuam empresas. Editora Gente, 2008.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ÁLVARES, E. <i>et al.</i> Governança corporativa: um modelo brasileiro. ELSEVIER, 2008.</p> <p>DI MICELI, A. Governança Corporativa: desempenho e valor da empresa no Brasil. <i>Saint Paul Institute of Finance</i>, 2006.</p> <p>LODI, J. B. Governança Corporativa. O Governo da Empresa e o Conselho de Administração. 8ª edição. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2000.</p>		



6° SEMESTRE

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
MERCADO DE MÁQUINAS AGRÁRIAS	6º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Conceito e principais máquinas e implementos utilizados no agronegócio. Movimentação financeira, sistemática de comercialização e programas financeiros relacionados ao mercado de máquinas e implementos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BALASTREIRE, L. A. Máquinas agrícolas. 3. ed. Barueri: Manole, 2007.</p> <p>MIALHE, L. G. Máquinas agrícolas para plantio. Campinas: Millenium, 2012.</p> <p>SILVEIRA, G. M. Máquinas para plantio e condução das culturas. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial. 5. ed. São Paulo: atlas, 2012.</p> <p>MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. Agronegócio: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>SILVEIRA, G. M. Máquinas para colheitas e transporte. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
DERIVATIVOS AGROPECUÁRIOS	6º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Funcionamento dos mercados futuros e de opções agropecuários. Estratégias e riscos de preços. Constituição e função das bolsas; corretores, <i>clearing house</i>. Principais Bolsas e contratos. Definições, <i>Hedger</i>, ajustes diários, margens, limites de oscilações de preços. Custos de atuar nos mercados futuros. Liquidação e entrega. Teoria da base. Arbitragens e Spreads. Especulação e proteção em futuros agropecuários.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>MICELI, W. M. Derivativos de Agronegócios: gestão de riscos de mercado. Saint Paul Editora, 2019. SCHOUCHANA, F. Introdução aos Mercados Futuros e Opções Agropecuários no Brasil. São Paulo, Bolsa de Mercadorias & Futuros, 2004. SILVA NETO, Lauro de A. Derivativos: definições, emprego e risco. 3 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>HULL, J. Introdução aos Mercados de Futuros e de Opções. BMF. 1991. MARQUES, P. V.; MELLO, P. C. Mercados Futuros de Commodities Agropecuário - Exemplos e Aplicações para os Mercados Brasileiros. Editora Bolsa de Mercadorias & Futuros, 1999. RAÍCES, C. Guia valor econômico de agronegócios. Globo Livros, 2003.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	6º	60
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Internacionalização de negócios e da empresa. Evolução do comércio internacional brasileiro e mundial. Oportunidades no comércio internacionais. O composto de marketing em negócios internacionais. A operacionalização de transações comerciais internacionais. Siscomex no comércio exterior. Normas e técnicas de exportação e importação. Operacionalização cambial. Noções da organização jurídica e institucional em Comércio Internacional.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. Economia internacional: teoria e política. 6. ed. São Paulo: Pearson, Addison Wesley, 2005.</p> <p>SEITENFUS, R. Relações internacionais. São Paulo: Saraiva, 2004.</p> <p>SOARES, C. C. Introdução ao comércio exterior: fundamentos teóricos do comércio internacional. São Paulo: Saraiva, 2004.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>LOPEZ, J. M. C. Comércio exterior competitivo. São Paulo: Aduaneiras, 2004.</p> <p>MAGNOLI, D. Relações internacionais: teoria e história. São Paulo: Saraiva, 2004.</p> <p>PECEQUILO, C. S. Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
TÓPICOS AVANÇADOS EM AGRONEGÓCIO	6º	30
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Ementa variável, focalizando tópicos atuais em Agronegócios ou conteúdos correlacionados, de acordo com a evolução registrada na área. Necessita ser apresentados conteúdos relevantes não abordados em conteúdos anteriores.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
A critério da temática escolhida.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
A critério da temática escolhida.		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CAR GA HORÁRIA
OPTATIVA	6º	30
DESCRIÇÃO / EMENTA		
Ementa de acordo com a escolha do discentes		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
A critério da temática escolhida.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
A critério da temática escolhida.		

8.6 DISCIPLINAS OPTATIVAS

A carga-horária total das disciplinas optativas será de cumprimento obrigatório pelo aluno, embora seja facultada a escolha da área de conhecimento a ser integralizada. O processo de escolha da temática da disciplina optativa será realizado ao final do quinto semestre por votação simples dos alunos que estarão habilitados para cursar um dos componentes curriculares apresentados a seguir:

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CARGA A HORÁRIA
LIBRAS	6º	30
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Línguas de sinais e minoria linguística. As diferentes línguas de sinais. Status da língua de sinais no Brasil. Cultura surda. Organização linguística da Libras para usos informais e cotidianos: vocabulário, morfologia, sintaxe e semântica. A expressão corporal como elemento linguístico.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>FELIPE, T.; MONTEIRO, M. LIBRAS em Contexto: curso básico. 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS, 2005.</p> <p>PIMENTA, N. Coleção Aprendendo LSB. Rio de Janeiro: Básico, 2000.</p> <p>QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue – LIBRAS. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 2001.</p> <p>MOURA, M. C. O surdo, caminhos para uma nova Identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CARGA HORÁRIA
INGLÊS TÉCNICO	6º	30
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Compreensão de textos em língua inglesa a partir da aplicação de estratégias de leitura. Compreensão da estrutura frasal e gramatical. Leitura crítica de diversos gêneros textuais da área.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>OTÁVIO, E. Técnicas de Leitura em Inglês: Estágio 1. São Paulo: Texto novo, 2007.</p> <p>SCHUMACHER, C. Gramática de inglês para brasileiros. São Paulo: Elsevier, 2010.</p> <p>VILAÇA, M. Vocabulário temático: Inglês para profissionais e estudantes. São Paulo: Ciência moderna, 2010.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>GODOY, S.M. B. <i>et al.</i> English Pronunciation for Brazilians. São Paulo: Disal, 2006.</p> <p>MUNHOZ, R. Inglês Instrumental: estratégias de leitura – Módulo I. São Paulo: Texto Novo, 2002.</p> <p>TORRES, N. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado, São Paulo: Saraiva, 2007.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
AGRONEGÓCIO NO SEMIÁRIDO	6º	30
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Visão sistêmica das cadeias agroindustriais no semiárido. Abordagens de análise das cadeias: Commodity System, Approach, Filière. Interligação de cadeias produtivas. Estudo das principais cadeias agroindustriais do semiárido. Análise das cadeias agroindustriais potenciais para a região semiárida.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ARAÚJO, M. J. Fundamentos de agronegócios. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>CASTRO, AMG et al. Cadeias produtivas e sistemas naturais: prospecção tecnológica. Brasília, EMBRAPA–SPI, 1998.</p> <p>EMBRAPA. 25 anos viabilizando o agronegócio do Semiárido. Embrapa Semiárido-Documentos (INFOTECA-E), 2000.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>CALLADO, A. A. C. (org.) Agronegócio. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>NEVES, M.F. et al. Agronegócio do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>SANTOS, G. J. et al. Administração de custos na agropecuária. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CARGA HORÁRIA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	6º	30
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Histórico, conceito, princípios e práticas da Educação Ambiental. A questão ambiental e as conferências mundiais de meio ambiente. Modelos de desenvolvimento. Meio Ambiente e representação social. Percepção da realidade ambiental. A relação Educação Ambiental-Qualidade de Vida. Projetos, roteiros, reflexões e práticas de Educação Ambiental. Educação Ambiental no espaço formal e não formal. Práticas interdisciplinares, metodologias e as vertentes da Educação Ambiental.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>MEDINA, N. M. ; SANTOS, E. da C. Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação. 4. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 231 p.</p> <p>DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9. Ed. São Paulo: GAIA, 2004.</p> <p>LUZZI, D. Educação e meio ambiente: uma relação intrínseca. São Paulo: Manole, 2012.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>SACHS, I. Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 151 p.</p> <p>VEIGA, J. E. Meio Ambiente e Desenvolvimento. 3. Ed. São Paulo: SENAC, 2009. 184 p.</p> <p>MAY, P.H. <i>et al.</i> Economia do Meio Ambiente: Teoria e prática. São Paulo: ELSEVIER, 2003.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
GESTÃO DA QUALIDADE E CERTIFICAÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA ANIMAL	6º	30
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Princípios e evolução do conceito de qualidade, estrutura do sistema de qualidade, ferramentas e sistemas de gestão da qualidade. Selos de qualidade. Normas, legislação e acordos nacionais e internacionais. Procedimentos de certificação. Rastreabilidade nas cadeias produtivas. Organismos certificadores.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>OLIVEIRA, J. O. et al. Gestão da Qualidade - Tópicos Avançados. São Paulo. Cengage Learning. 2003.</p> <p>PALADINI, E. P. Gestão da Qualidade. Teoria e Prática. 3º ed. São Paulo. Atlas. 2012.</p> <p>REIS, L. F. S.D. Agronegócios - Qualidade na Gestão. Editora: Qualitymark, 2011.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>DORR, A. C.; GUSE, J. C.; de FREITAS, A. R. Agronegócio: desafios e oportunidades da nova economia. Curitiba. APPRIS. 2013.</p> <p>LOPES, F. F. et al. Agroperformance: um método de planejamento e gestão estratégica para empreendimentos agro visando alta performance. 1ª edição. Editora: Atlas, 2012.</p> <p>PALADINI, E. P. Gestão Estratégica da Qualidade: Princípios, Métodos e Processos. 2ed. São Paulo. ATLAS. 2009.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
AGROINFORMÁTICA	6º	30
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Utilização da informática no gerenciamento de atividades em empreendimentos rurais. Adequação de equipamentos. Modelagem e desenvolvimento de sistemas de informação de uso específico no empreendimento rural. Obtenção, organização, manutenção e análise de dados. Escolha do software adequado ao empreendimento rural. Agricultura de precisão. Atuação profissional na agroinformática.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANTUNES, L. M.; ENGEL, A. A informática na agropecuária. Guaíba: Agropecuária, 1996.</p> <p>DE CARVALHO, A. C. P. L. F.; LORENA, A. C. Introdução à Computação: hardware, software e dados. 1. ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2017.</p> <p>VELLOSO, F. Informática: conceitos básicos. Elsevier Brasil, 2014.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ARANTES, M.; CAIXETA FILHO, J. V. Investigação sobre o uso da informática na agropecuária. Informe GEP/DESR, Piracicaba, v. 6, n. 9, p. 1-5, set. 1993.</p> <p>BOGHI, C. Sistemas de Informação: Um Enfoque Dinâmico. São Paulo: Érica, 2001.</p> <p>BÓREM, A. <i>et al.</i> Introdução aos fundamentos da computação: linguagens e máquinas. Pioneira Thomson Learning, 2006.</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
FRUTICULTURA TROPICAL	6º	30
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>Introdução aos estudos das Fruticultura Tropical. Tipo de Cultura: Abacaxi, Banana, Citro, Mamoeiro, Mangueira, Maracujá. Importância econômica e alimentar. Descrição botânica. Cultivares. Propagação. Exigências climáticas. Solo. Exigências culturais. Colheita. Embalagem. Comercialização.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CASTRO, P.R.C.; KLUGE, R.A. Ecofisiologia de fruteiras. São Paulo: Editora Ceres, 2003. 119p.</p> <p>SANTOS-SEREJO, J. A. dos; DANTAS, J.L.L.; SAMPAIO, C.V.; COELHO, Y. da SILVA. Fruticultura tropical: espécies regionais e exóticas. Brasília-DF: Embrapa, Informação Tecnológica, 2009.</p> <p>SAÚCO, V.G. Cultivo de frutas em ambiente protegido. Porto Alegre: Cinco Continentes Editora Ltda, 2002. 81p.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>MANICA, G. Fruticultura: prática de cultivo. São Paulo, Editora Nobel. 1996.</p> <p>SIMÃO, S. Tratados de fruticultura. Piracicaba: FEALQ, 1998, 760p.</p> <p>SOUZA, I. Poda das plantas frutíferas. São Paulo: Nobel, 1990.</p> <p>ZAMBOLIM, L.; VALE, F.X.R. do; MONTEIRO, A.J.A.; COSTA, H. Controle de doenças de plantas frutíferas. v.1 e 2, Viçosa: Suprema Gráfica e Editora Ltda, 2002. 1313p</p>		

DISCIPLINA	SEM ESTRE	CA RGA HORÁRIA
VITIVINICULTURA NO SEMIÁRIDO	6º	30
DESCRIÇÃO / EMENTA		
<p>A Uva no semiárido: aspectos históricos, importância econômica e sociocultural para vitivinicultura nos cenários internacional, nacional e regional. Classificação botânica da videira. Anatomia e morfologia da videira. Cultivares e clones de videira. Conceito de <i>terroir</i> na concepção de vinhos de qualidade. Condições Edafoclimáticas para o desenvolvimento da cultura. Principais países e regiões produtoras de uvas e seus derivados. Conceito de região vitivinícola, denominações e certificações; Composição físico-química das uvas. Produtos da videira e seus derivados; Legislação vitivinícola nacional. Organização Internacional da Uva e do Vinho (OIV). A produção e comercialização de vinhos no semiárido.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>MANFROI, V.; GIOVANNINI, E. Viticultura e Enologia: elaboração de grandes vinhos nos terroirs brasileiros. 1ª ed. Bento Gonçalves: IFRS, 2009.</p> <p>REGINA, M. A. Viticultura e Enologia: atualizando conceitos. 1ª ed. Andradás: EPAMIG, 2002.</p> <p>SOARES, J. M.; LEÃO, P. C. de S. A vitivinicultura no Semiárido Brasileiro – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Petrolina: Embrapa Semiárido, 2009.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>GIOVANNINI, E. Produção de uvas para vinho, suco e mesa. 3ª ed. Porto Alegre: Renascença, 2008.</p> <p>KUHN, G. B. Uva para processamento: produção. 1ª ed. Brasília: EMBRAPA, 2003.</p> <p>REYNIER, A. Manual de Viticultura. 1ª ed. Madrid: MUNDI PRENSA, 2005.</p>		

9. INTERAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da FABASB compreende que não há como estabelecer uma proposta de ensino eficiente sem a busca incessante por um equilíbrio entre os conteúdos teóricos, ministrados e investigados na instituição, em relação à prática do futuro profissional. Por isso é interesse desenvolver toda uma gama de atividades que auxiliem o acadêmico na descoberta de sua área de aptidão, bem como no desenvolvimento de atividades que lhe proporcionem o desenvolvimento da capacidade de aplicação prática, do conhecimento apreendido e compartilhado pelo professor.

A interação entre a teoria e a prática no curso é caracterizada pelas disciplinas Projeto Integrador, Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) e Trabalho de Conclusão Curso (TCC). Essas disciplinas são compreendidas como elementos curriculares obrigatórios que visa a aplicação dos conhecimentos estudados na realidade cotidiana, realizando a transposição dos saberes adquiridos ao longo de sua formação acadêmica, possibilitando o desenvolvimento da prática profissional, onde estão envolvidos os aspectos técnicos, científicos, sociais e humanos da profissão.

9.1 Projeto Integrador

A perspectiva interdisciplinar do currículo será trabalhada ao longo de todo o Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB), procurando-se priorizar a realização de ações científicas que permitam a abordagem de temas de interesse do Projeto Integrador de cada semestre do curso. Com isso, espera-se minimizar a utilização, como prática pedagógica, da realização de um grande número de trabalhos individuais que permitem ao aluno, quando muito, a obtenção de uma visão compartimentada e parcial da realidade agropecuária.

Em reunião com o corpo docente, é feita a seleção dos temas do projeto integrador que serão previamente apresentados e discutidos pelos professores de cada um dos semestres envolvidos, juntamente com a Coordenação do curso. Após a aprovação pelos docentes de todos os aspectos inerentes à sua

implementação, a formatação das ações científicas será formalizada a fim de que possa ser distribuída aos alunos de cada uma das turmas nos primeiros dias de cada semestre letivo. As temáticas e abordagens, bem como o nível de exigência, serão tão maiores quanto mais avançado for o semestre cursado pelo aluno.

A importância da disciplina de Projeto Integrador é crucial para que este objetivo possa ser alcançado, uma vez que permite a realização de ações científicas com temas distintos e de complexidade diversa, de forma coerente e de acordo com padrões cientificamente esperados, principalmente, porque no curso é uma atividade interdisciplinar que visa traduzir as aprendizagens construídas pelos discentes ao longo do semestre através de ações voltadas à formação acadêmico-profissional de qualidade, permitindo a estes um percurso formativo que compreenda a realidade na qual estão inseridos, em uma visão prospectiva de transformá-la.

O Projeto Integrador terá uma carga horária total de 160 horas divididas entre os seguintes semestres do curso: primeiro (Projeto Integrador I – 40 horas), segundo (Projeto Integrador II – 40 horas), terceiro (Projeto Integrador III – 40 horas) e quarto (Projeto Integrador IV- 40 horas). O processo será conduzido por um docente-coordenador responsável pelo preenchimento do diário de classe da disciplina. Cabe ao Colegiado do Curso, definir os critérios e viabilizar os trâmites necessários para a escolha do profissional responsável pela condução do referido componente.

O docente-coordenador contará com, no mínimo outros dois docentes do curso, como membros articuladores, definidos pelo Colegiado de Curso, que auxiliam no planejamento da disciplina. As temáticas dos projetos integradores desenvolvidos pelos alunos devem possuir, prioritariamente, relação com os conteúdos curriculares desenvolvidos no semestre em questão, e preferencialmente, a cada período letivo, deve haver alternância dos docentes da equipe de trabalho do Projeto Integrador.

O docente-coordenador e os dois membros articuladores devem construir as ações do Projeto Integrador a partir de Plano de Trabalho (Anexo I) e apresentá-lo ao corpo docente do período letivo, a partir dos conteúdos

curriculares abordados no curso, em articulação com o perfil profissional, demandas locais e regionais.

O Projeto Integrador deve ser desenvolvido a partir de uma das seguintes categorias:

- a) Projeto de Pesquisa Científica em Ciências Agrárias;
- b) Projeto de Desenvolvimento de Protótipo para Agronegócio;
- c) Projeto de Extensão Rural.

Essas categorias devem ser escolhidas pela qual melhor articule os diversos conhecimentos desenvolvidos ao longo do curso, considerando as potencialidades e necessidades dos estudantes envolvidos, bem como um cronograma de execução de atividades e a distribuição da carga horária, ao longo do período letivo, considerando as horas para orientação, desenvolvimento das atividades e socialização dos resultados. É recomendado que haja alternância entre as categorias escolhidas ao longo dos semestres.

Por fim, o aluno deverá ao final do semestre correspondente ao Projeto Integrador apresentar, no formato de resumo expandido (anexo I), os dados obtidos do desenvolvimento das ações apresentados no plano de trabalho. Essa socialização dos resultados ocorrerá em evento geral ofertado pela Coordenação do Curso.

9.2 Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO)

Entende-se por Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO), a disciplina onde ocorre a aprendizagem profissional realizada por intermédio de atividades como execução de trabalhos práticos e de pesquisa, aplicando conhecimentos ministrados nas disciplinas que compõem o currículo pleno do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio em ambientes externos a faculdade.

O ESO é uma estratégia de integração teoria-prática que, necessariamente, preserva a identidade de cada uma destas modalidades curriculares e tem como resultado final uma produção científica, com base na

vivência do discente no ambiente agropecuário. Desse modo, ao iniciar participação no o aluno sob a supervisão de um professor, que o orientará quanto à sua atuação e realização da produção científica, em horários semanais pré-definidos.

O ESO deverá ser realizado no quinto semestre com carga horária obrigatória de 240 horas, desenvolvidas, em empresas de agronegócios, também poderá ser realizado na forma de participação do discente em atividades de extensão rural, desde que aprovados pelo docente-orientador e pelo colegiado do Curso. Constituem-se como campo de atuação para o estágio em Agronegócio as atividades ligadas às áreas de: Negócios Agropecuários; Agricultura Familiar, Agroindústrias, Cooperativas, Associações e outras organizações do ramo agrário.

No que tange à atividade de ESO são atribuições da instituição de ensino: coordenar a expedição e assinatura dos convênios ou acordos com as entidades receptoras e o curso/faculdade; organizar e manter cadastros de instituições ofertantes de vagas para estágio; auxiliar tanto o estagiário quanto o supervisor da instituição receptora sobre assuntos de interesse comum.

A atividade de ESO é supervisionada por docentes do curso. São atribuições do professor/supervisor de estágio: reunir-se semanalmente com os estagiários, no dia e horário programado; fiscalizar, acompanhar e orientar o estagiário no desenvolvimento de suas atividades; avaliar o discente no decorrer do semestre letivo, expedindo, ao final do mesmo, uma nota de avaliação para fins de registro no histórico do aluno, seguindo os mesmos conceitos estabelecidos para as demais disciplinas.

Compete ao aluno matriculado no estágio: desenvolver suas atividades de estágio dentro de padrões éticos irrepreensíveis; comparecer semanalmente à faculdade para reunir-se e entrevistar-se com o professor-orientador; comparecer diária e regularmente no local do estágio; elaborar o relatório de estágio, contemplando, no seu conteúdo, o roteiro e estrutura fornecidos e orientados pelo professor-orientador; comunicar à faculdade e ao supervisor local qualquer ocorrência relevante que o impeça, justificadamente, de comparecer ao estágio.

Os produtos finais do ESO serão avaliados pelos resultados alcançados no trabalho, sua relevância para o conhecimento científico, relação de coerência

entre o plano teórico e prático, conteúdo e consistência técnica, e aplicabilidade. Para obter a aprovação, o discente/estagiário deverá ter nota final igual ou superior a 7,0 (sete).

O ESO possui suporte em regulamento (Anexo II) especificamente desenvolvido pelo corpo docente, em conjunto com a coordenação, e aprovado em colegiado do curso. Este instrumento buscou contemplar os principais aspectos necessários à formação profissional do Tecnólogo em Agronegócio, além de levar em conta as especificidades da realidade agrária regional. Trata-se de documento sujeito a alterações sempre que estas forem detectadas como necessárias para a sua melhor utilização, seja pela coordenação ou corpo docente e discente.

9.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Para a conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade Baiana do Senhor do Bonfim (FABASB) será exigida a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sob a orientação de professor qualificado. O TCC é uma estratégia de integração teoria-prática que, necessariamente, preserva a identidade de cada uma das modalidades curriculares e solidifica a proposta de ter como resultado final uma produção de um plano de negócio, com base na vivência do discente em ambiente agropecuário.

Em data pré-estabelecida pela coordenação do curso, a entrega do TCC deverá ser feita ao professor orientador, que deverá encaminhar o aluno à coordenação do curso, através do termo de encaminhamento do TCC para avaliação da banca examinadora, a fim de que seja feita a entrega do trabalho à coordenação do curso que, imediatamente, emite um protocolo referente a essa entrega.

A avaliação do TCC será realizada mediante uma apresentação pública que deverá ser realizada presencialmente, porém, em caráter excepcional poderá ser realizado de modo online, perante Banca Examinadora, assim constituída: o Coordenador do curso presidindo os trabalhos; o Orientador (a) do Trabalho de Conclusão de Curso; um professor indicado pelo orientador, podendo ser da FABASB ou de outra instituição superior e devendo ter titulação mínima de

graduação em nível superior. Tanto a coordenação do curso quanto o professor orientador fazem o acompanhamento sistemático do desenvolvimento do TCC.

O aluno poderá elaborar o seu TCC em três formas distintas:

1. Produção de Artigo Científico;
2. Produção e Execução de Plano de Intervenção/Extensão Rural;
3. Plano de Negócio.

Para qualquer um dos tipos de TCC citados anteriormente, o aluno terá sempre a orientação e supervisão de um professor do corpo docente da instituição, previamente escolhido. Acredita-se que esses distintos tipos de TCC também contribuirão de forma significativa para o estreitamento da relação instituição de ensino superior com o mundo agropecuário, facilitando a inserção dos alunos no mercado de trabalho.

Por fim, o TCC possui suporte em regulamento (Anexo III) e necessita, desta forma, ser abordado de forma isolada dos demais componentes da matriz curricular.

9.4 Atividades Complementares

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da FABASB apresenta a obrigatoriedade de uma carga horária mínima total de 100 horas, destinada à realização de estudos independentes e outros, onde o alunado poderá apresentar diversas atividades realizadas para computar como carga horária, como: participação em Congressos, Seminários, Jornadas, Monitoria, Estudos Independentes, cabendo ao coordenador do curso avaliar os atestados e definir a carga horária que será computada de cada atividade realizada pelo discente.

As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios, que possibilitam o reconhecimento, por intermédio de avaliação do colegiado de Curso e da Coordenação, das habilidades, conhecimentos e competências do aluno, compreendidas, inclusive, aquelas adquiridas fora do âmbito da FABASB, incluindo cursos, estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, e interdisciplinares, especialmente no tocante às relações profissionais, nas ações

de pesquisa e de ensino que associam teoria e prática e nas ações de extensão, desenvolvidas juntamente à comunidade. Essas atividades são regidas por regulamento próprio conforme anexo III.

10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A qualidade de ensino está intimamente ligada à atuação do professor em sala de aula. Este se constitui na fonte externa mais direta e importante sobre o aprendizado do aluno e, portanto, deve-se valer das várias técnicas de ensino que formam a ponte entre o conhecido e o desconhecido: aulas expositivas, materiais impressos — livros, publicações periódicas, materiais audiovisuais, slides, retroprojetor, televisão, vídeo, materiais informáticos — computador, softwares, internet —, trabalhos, seminários, estudos em grupo, estudos de caso, debates etc.

A aula expositiva deve cumprir seu propósito, seja o de criar interesse e motivação acerca de um tema que será desenvolvido a seguir, seja o de arrolar uma série de dados informativos necessários à compreensão de determinado assunto.

Apesar da aula expositiva ser o grande recurso, os outros recursos também devem ser adequadamente inseridos ao conteúdo, com a finalidade de potencializar a aprendizagem e não ficarem em plano secundário. É necessário favorecer o desenvolvimento das habilidades intelectuais mais complexas (aplicação, análise, síntese e julgamento) que levem o aluno a pensar sobre o que aprendeu.

Portanto, cabe ao professor avaliar que recursos instrucionais, técnicas de comunicação e tipo de material devem ser utilizados de maneira que se minimize a distância entre o grau de exigência do conteúdo e às capacidades intelectuais e o comportamento dos discentes.

10.1 Avaliação discente

Os critérios de avaliação/acompanhamento quantitativos das turmas em relação às disciplinas em curso, utilizados pela FABASB, encontram-se sempre

explicitados nos Planos de Curso de cada uma das disciplinas ofertadas ao longo da permanência das turmas na Instituição, sendo o seu cumprimento obrigatório no semestre em que vigorarem.

Estes critérios quantitativos são discutidos e revistos por cada um dos professores responsáveis, juntamente com a Coordenação a cada semestre letivo do curso. Com isso pretende-se garantir uma linguagem comum em relação ao processo de avaliação do aluno por cada um dos professores. Objetiva-se assim, manter a maior homogeneidade possível na avaliação de todos, independentemente do semestre em que cada disciplina é oferecida.

A avaliação do aluno é realizada, a cada período letivo, e visa à mensuração progressiva do aproveitamento em cada disciplina. As avaliações são classificadas como oficiais - provas escritas, com data de aplicação fixadas no calendário acadêmico; e parciais - definidas no plano de ensino das disciplinas e fixadas pelo professor responsável pela disciplina, tais como: testes, trabalhos, seminários, dentre outras.

Esta sistemática de avaliação se operacionaliza através da existência de pelo menos dois tipos diferentes de avaliação a cada bimestre, já que a FABASB trabalha o regime semestral, em termos de avaliação, com duas médias bimestrais obrigatórias. A definição do tipo de avaliação, bem como dos critérios de “pesos” utilizados será função das especificidades de cada uma das disciplinas.

Cabe ressaltar, que por se entender que a avaliação individual do aluno é muito importante, pelo menos uma das avaliações bimestrais será feita através de prova formal individual. As demais avaliações, via de regra, contemplam os aspectos de sociabilidade do aluno em relação não só a seu grupo de trabalho, como também em relação à comunidade, uma vez que normalmente serão feitas através da sistemática descrita anteriormente no quesito “Interdisciplinaridade” discutindo anteriormente.

Com esta prática de construção de notas, espera-se propiciar ao aluno as condições do mesmo ter uma avaliação processual, não concentrada em um

único resultado, o que no entender da instituição, poderia vir a causar distorções em relação aos resultados finais individuais. Em contrapartida, não são perdidos de vista os aspectos referentes à aprendizagem individual, tão importantes na formação do profissional.

Os conteúdos das avaliações podem abranger os assuntos lecionados na disciplina até o momento da avaliação. As provas (Bimestrais, Substitutiva e Prova Final) são realizadas nos dias e horários constantes no calendário de provas, devidamente divulgado.

O aluno que ausentar-se de uma ou das duas provas bimestrais estará automaticamente inscrito na Prova Substitutiva, que é exatamente correspondente ao exame final. No caso do estudante ausente às duas provas bimestrais, terá direito a apenas uma prova substitutiva e terá atribuída a nota 0,0 (zero) à avaliação do 1º bimestre. Caso se faça necessária a realização de exame final pelo estudante, a ele será atribuída a nota obtida na prova substitutiva. Não há avaliações substitutivas para avaliações parciais previstas no Plano de Ensino, mas somente para as provas oficiais bimestrais.

A avaliação substitutiva é composta de questões de múltipla escolha e discursivas, abrangendo toda a matéria ministrada no semestre com conteúdos acumulativos. Nas avaliações oficiais, o professor escolhe um dia de aula para informar aos alunos os critérios adotados para a correção da prova bimestral. Neste dia, denominado de “Vista de prova”, o aluno tem acesso a sua prova e a oportunidade de observar o resultado obtido. As provas bimestrais são devolvidas aos alunos pelo professor, em sala de aula, após o prazo máximo para solicitação de todos os recursos de revisão de nota. Após esse período, não será admitida nenhuma solicitação de recurso por parte do aluno. Salienta-se que não existe vista de prova para Prova Substitutiva ou Exame Final.

Atendida a frequência mínima exigida, é aprovado, sem exame final, o aluno que obtém, em cada uma das disciplinas, média igual ou superior a 7 (sete), correspondente à média aritmética das notas das avaliações no decorrer do semestre letivo. O aluno que não atinge média igual ou superior a 7 (sete) deve submeter-se ao Exame Final. Só está apto a realizar o Exame Final, o aluno com

média igual ou superior a 4 (quatro), considerando-se reprovado direto o que não a obtiver.

É considerado aprovado neste exame o aluno que obtiver, em cada disciplina, média final igual ou superior a 5 (cinco), correspondente à média aritmética entre a média semestral e a nota do Exame Final. A prova final é cumulativa e contempla todo o programa. É promovido ao período letivo seguinte, o acadêmico aprovado em todas as disciplinas do período cursado, admitindo-se ainda a promoção com até 02 (duas) dependências.

O acadêmico promovido em regime de dependência matricula-se, obrigatoriamente, nas disciplinas das quais depende, aplicando-se a todas as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidas no Regimento. O acadêmico retido na série cursada, por ter sido reprovado em mais de 02 (duas) disciplinas, deve se matricular na mesma série, devendo cursar obrigatoriamente as disciplinas em que não foi aprovado. Em relação a este item, também parece importante que seja reportada a legislação específica atualmente em vigor.

O acompanhamento dos resultados parciais (bimestrais) e finais das turmas são feitos ao término do lançamento das médias no sistema informatizado da IES, através de relatórios e gráficos discutidos pela Coordenação em reuniões com os professores responsáveis pelas disciplinas de cada semestre do curso. Quando da discussão das médias do primeiro bimestre letivo, procura-se identificar as razões para os bons e maus resultados, buscando-se fazer os ajustes necessários em relação à condução de disciplinas específicas ou da própria turma como um todo, quando for o caso.

Os resultados finais de cada turma servem como ponto de partida para a definição dos conteúdos que devam ser repensados e trabalhados de forma diferente no próximo semestre, em relação aos novos alunos daquela disciplina, e também como indicativo de possíveis necessidades de resgate em semestres futuros para aqueles aprovados nas disciplinas.

10.2 Avaliação Docente

A avaliação docente visa a melhoria da qualidade e reflexão da atividade docente. É um processo de tomada de consciência, cujo objetivo é a conexão e o aperfeiçoamento do rumo, não se constituindo, portanto, num instrumento de punição. A importância deste instrumento no processo ensino-aprendizagem se encontra em detectar fatores em dissonância e firmar valores que levem à melhoria da qualidade de ensino, tendo em vista o interesse de seus alunos, uma vez que a instituição não progride nem sobrevive se deixar de avaliar de forma sistemática e contínua cada uma de suas partes para alcançar os objetivos que a distingue e lhe condiciona a existência.

Observa-se, que além da avaliação do aluno quanto ao docente, existe a necessidade de o professor fazer uma análise de seu próprio desempenho e de sua prática pedagógica, bem como do desenvolvimento acadêmico do aluno. Analisa que com esta prática, o docente poderá enriquecer-se de informações que lhe possibilitem repensar suas atividades de ensino e conseqüentemente atingir os objetivos da aprendizagem.

Considera ainda que estes dados possibilitem ao departamento pedagógico refletir sobre o seu próprio desempenho no que se refere ao ensino, assim como encontrar alternativas que conduzam a um melhor desenvolvimento da atividade e uma constante melhoria da qualidade do ensino.

10.3 Avaliação do Curso

As ações acadêmico administrativas, em decorrência das auto avaliações e das avaliações externas, no âmbito do curso, buscam ser implantadas. O processo de auto avaliação anual da FABASB, oportuniza o levantamento de dados e a análise crítica das atividades desenvolvidas que especificam as ações necessárias a serem desenvolvidas no planejamento estratégico da instituição. Neste contexto os resultados da auto avaliação do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio procuram identificar os aspectos que dificultam e/ou facilitam a ação acadêmica do curso, assim como sugerem estratégias de intervenção para corrigir rumos, consolidar sua ação pedagógica e alcançar efetivamente maior qualidade no ensino-aprendizagem. A coordenação do curso, de posse dos relatórios estatísticos emitidos pela Comissão Própria de Avaliação – CPA da

instituição e informações próprias (reuniões, formulários próprios, pesquisa-ação) redige anualmente seu Planejamento Estratégico Acadêmico, no qual busca estabelecer e cumprir compromissos relacionados às diversas melhorias e incrementos necessários às condições de oferta das diversas atividades acadêmicas do curso.

Os resultados do questionário socioeconômico considerando as questões gerais e aquelas relacionadas ao CPC são analisadas e ações empreendidas em busca de melhorias. Assim, o Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio entende que não se trata apenas de levantar dados, elaborar questionários, aplicá-los, analisá-los, utilizando técnicas sofisticadas, produzir relatórios, publicá-los, considerando os diversos ângulos da vida acadêmica. Esses aspectos são relevantes, mas o importante é ter clareza do que deve ser feito com os resultados levantados, com todos esses dados e informações colhidas.

O importante é saber de que modo o processo de auto avaliação institucional e as avaliações externas podem ser um efetivo e eficiente instrumento de mudança e melhoria de todos os processos acadêmicos e de gestão do curso.

10.4 Apoio ao Discente

O atendimento aos discentes é fundamental para qualquer instituição de ensino, visto que o processo pedagógico só realiza seus mais elevados objetivos quando contempla as necessidades dos discentes. Neste sentido, a FABASB ordenou diversas formas integradas de apoio aos estudantes, buscando contemplar os programas de apoio psicopedagógico, de atividades de nivelamento e incentivo a participação em atividades internas e externas que possam agregar valor à formação do mesmo, como congressos, workshop, palestras, intercâmbios, debates, jornadas, entre outros.

10.4.1 Apoio Psicopedagógico

O Apoio Psicopedagógico aos alunos do curso com problemas que afetam a sua aprendizagem objetiva que os alunos lidem de modo mais equilibrado com

seus problemas e, conseqüentemente, melhorem o resultado do processo pedagógico. O acompanhamento enfatiza a superação e/ou minimização dos problemas emocionais que se refletem no processo ensino-aprendizagem, por meio de uma proposta metodológica de acompanhamento sistemático, desenvolvido de forma articulada com todos os setores da instituição.

Os casos identificados pelos professores, de distúrbios de comportamento do aluno, dificuldades de relacionamento interpessoal, dificuldade de aprendizagem ou assimilação de determinadas disciplinas, falta de concentração, depressão e outros, podem ser levados para o Coordenador do Curso que encaminhará o mesmo para atendimento por profissionais qualificados, quando necessário.

Durante todo o processo de interferência psicopedagógica, são feitos contatos com a família, professores e coordenadores, que são de extrema importância, pois exercem um papel incentivador na valorização do aluno como pessoa ativa no processo de ensino, colaborando para o desenvolvimento da sua autoestima e liberdade. Cabe ressaltar que estas pessoas somente são envolvidas com a permissão e participação do próprio aluno.

10.4.2 Atividades de Nivelamento

A FABASB, preocupada com a qualidade do ensino e a formação do seu alunado, possui uma política de ação sistemática voltada para a recuperação das deficiências de formação do ingressante dos diversos cursos da instituição, instituindo a atividade de Nivelamento com aulas de Português e Matemática. Tal iniciativa tem como maior objetivo dar oportunidade aos alunos revisarem essas matérias. Nas aulas de nivelamento, os alunos tem a oportunidade de reverem conteúdos básicos, necessários ao adequado prosseguimento de seus estudos em nível superior, favorecendo seu desempenho acadêmico no curso superior escolhido.

10.4.3 Apoio aos Centros Acadêmicos – CA

A FABASB possui como um dos seus princípios, o respeito ao ser humano, entendendo-o como cidadão integrante da sociedade, portador de direitos e deveres; e, o respeito às diversidades de pensamento e ideologias, como possibilidades de crescimento individual e social. Neste contexto, os acadêmicos são incentivados pelo Curso superior em Tecnologia em Agronegócio, por meio da coordenação de curso, a participar do centro acadêmico buscando-se motivar os líderes de turma, eleitos a cada semestre letivo a manterem esta atividade de forma contínua, dinâmica e renovável.

Reuniões periódicas são agendadas pelo coordenador do curso com o CA quando são discutidas as diversas questões relacionadas ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, esportivas, científicas e culturais do CA do curso. Além disso, periodicamente, a direção da instituição convida os alunos representantes dos CA de todos os cursos para discutir questões institucionais de interesse da comunidade acadêmica.

10.4.4 Setores Institucionais de Atendimento ao Aluno

- **Coordenação do curso:** os alunos dispõem de acesso ao coordenador do curso para atendimento presencial e individual, sempre que tiver necessidade, mediante agendamento prévio.
- **Serviço de atendimento ao discente:** é o setor que está ligado à secretaria acadêmica e representa o ponto de atendimento ao aluno seja qual for o serviço solicitado, realizando o pronto atendimento às demandas dos alunos; facilitar a comunicação com os alunos provendo informações, documentos; facilitar e solucionar as negociações financeiras; minimizar índices de evasão; representar a Ouvidoria da instituição; atender e encaminhar os alunos com dificuldades acadêmicas aos serviços de apoio psicopedagógico; atender as solicitações e entrega de documentos acadêmicos e financeiros; coordenar e realizar o processo de matrícula; gerar os serviços solicitados pelos discentes como: revisão de provas; segunda via de boletos etc.; promover negociação financeira com alunos inadimplentes; atendimento de retenção e entregar os certificados e diplomas.

- **CHAT:** forma de atendimento em que o aluno poderá acessar, através do site da instituição, de qualquer lugar do mundo, e ter respostas online de forma rápida e segura;
- **Fale conosco:** o aluno poderá acessar o site e encaminhar uma mensagem de e-mail. Esta demanda é encaminhada para a equipe de atendimento, que irá registrar as solicitações e respondê-las no prazo máximo de 24h a 48h, dependendo do tipo de solicitação;
- **Secretaria acadêmica:** coordena a operacionalização dos registros acadêmicos dos alunos; a gestão das informações acadêmicas é realizada de maneira centralizada e realiza serviços específicos dentro de cada fase da vida escolar dos discentes: Processo Seletivo; Registro Acadêmico e Gestão de Matrizes Curriculares e horários.
- **Ouvidoria:** A Ouvidoria é um canal de comunicação entre as comunidades interna e externa e a Instituição, disponibilizado para atender, registrar e responder as demandas dos solicitantes, referentes aos serviços prestados pela IES, e que incluem sugestões, críticas, elogios, denúncias ou reclamações, que são contabilizados com vistas a produzir subsídios para as ações de aprimoramento permanente da Instituição. Cabe à Ouvidoria garantir o acesso direto a todos os membros da comunidade interna e externa para reclamações fundamentadas; sugestões para mudanças de processos acadêmico-administrativos; denúncias de natureza acadêmico-administrativa; e agradecimentos e elogios pelos serviços prestados pelos órgãos/setores da Instituição. A Ouvidoria terá até 3 dias úteis para responder aos contatos recebidos e qualquer prazo que exceda a esse limite deverá ser comunicado ao solicitante.

11. INTEGRAÇÃO ENSINO/PESQUISA/EXTENSÃO

Esse princípio vincula-se ao desenvolvimento das atividades-fim das IES: ensino, pesquisa e extensão e à sua indissociabilidade. A FABASB possui uma política de ensino, pesquisa e extensão definida em seu PPI e a indissociabilidade das atividades-fim é vista como princípio pedagógico fundamental, refere-se especificamente aos processos de ensino e de aprendizagem. A aprendizagem

que resulta desse processo implica a apropriação crítica dos saberes pelos alunos. Isso está associado a métodos nos quais a construção dos saberes envolve uma dimensão política, que diz respeito aos interesses da sociedade ou de um grupo da mesma, que venha a se beneficiar desse saber.

Ensino e pesquisa, unidos, isso não significa apenas que a pesquisa dá suporte ao ensino. Tal união representa, também, o fato de que o método investigativo praticado ao longo de todo o curso é condição essencial para todos os alunos (e não só para os de Iniciação Científica, que o aprofundam na Graduação), por ser fundamental para o seu processo de aprendizagem permanente, condição da formação continuada requerida pela globalização e pelo caráter vertiginoso das mudanças.

Ensino com pesquisa envolve o professor e o aluno na construção de conhecimentos, como parceiros no contexto de suas atividades curriculares. Isso é muito mais importante do que apenas ensinar determinados saberes, uma vez que instiga o aluno a aprender a aprender e, ao adquirir autonomia intelectual, ele poderá aprender sempre. Desta maneira, o ensino pode nutrir-se de inúmeras formas com a pesquisa.

Ensino e extensão, unidos, por sua vez, asseguram a percepção política, por inserir o aluno na realidade social da sua área de formação. Através dessa relação, o aluno passa a identificar tanto as necessidades sociais como os interesses gerais e particulares existentes no âmbito de sua profissão.

12. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

A Administração Acadêmica do curso se dá em três níveis de acordo com o previsto no Regimento da Instituição atualmente em vigor. Cada um destes níveis – Conselho Superior, Colegiado de Curso e Coordenação de Curso – possui suas respectivas competências e alçadas decisórias.

12.1 Conselho Superior

O Conselho Superior se reúne ordinariamente uma vez a cada semestre, podendo haver reuniões extraordinárias sempre que necessário. Nesta instância

são aprovadas todas as alterações necessárias à implantação das políticas gerais dos cursos, bem como decisões de caráter disciplinar no referente ao corpo docente e discente.

12.2 Colegiado de Curso

As reuniões de Colegiado de Curso ocorrem a cada trimestre de forma ordinária, ou extraordinariamente quando necessário. O Colegiado de Curso é formado pela Coordenação, professores do curso - tanto da área fim quanto das áreas afins - e por um aluno do curso superior em Tecnologia em Agronegócio. Neste órgão são deliberadas, de acordo com o regimento, as políticas e práticas que ditam o comportamento do curso. Este órgão é também o responsável pela geração de propostas que visem a melhoria permanente do curso ofertado, sejam elas aprovadas nesta ou em instância superior, conforme o caso.

12.3 Coordenação de Curso

A Coordenação do Curso é a responsável pela operacionalização do mesmo no dia-a-dia, sendo assessorada não só pelo Colegiado, como também pelo corpo docente como um todo. Busca-se dessa forma garantir a aderência dos procedimentos e alterações implementados, aos objetivos e políticas tanto do curso, quanto institucionais.

Os alunos são atendidos pela Coordenação sob duas formas: individualmente ou coletivamente através dos líderes de sala ou dos Diretórios Acadêmicos.

As questões individuais, via de regra, não contemplam somente aspectos de caráter acadêmico, embora estes sejam os mais representativos em termos quantitativos. Quando se tratam de aspectos referentes a professores ou disciplinas específicos, a coordenação tem por prática ouvir os professores envolvidos antes da tomada de qualquer decisão, que a princípio deverá ser de caráter consensual, entre coordenação e professor. Questões que envolvam problemas mais amplos e complexos serão levadas à discussão/decisão do

Colegiado de Curso. Quanto aos aspectos de ordem não acadêmica trazidos pelos discentes, a Coordenação procura redirecioná-los ao setor competente a fim de facilitar a resolução das questões envolvidas, trabalhando como intermediária sempre que necessário.

Nas reuniões com líderes de sala, os assuntos tratados na maior parte das vezes, são de caráter eminentemente acadêmico, sendo então encaminhados conforme já descrito anteriormente para os casos individuais. Os encontros com os CA's tendem a ter pautas mais genéricas e que podem levar à necessidade de decisões em instâncias superiores à coordenação de curso, representadas pelas Diretorias Acadêmica ou Administrativa.

13. RELAÇÃO ENTRE O PROJETO DO CURSO E O PROJETO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da FABASB apresenta pontual articulação com o Projeto Institucional, observando as características, missão, princípios, propósitos, políticas de ensino, pesquisa e extensão.

A concepção do projeto pedagógico de curso, ora proposto, está fundada na organização do Projeto Institucional da FABASB, como referido, guardando estreita adequação das suas propostas. O curso define como matrizes para o ensino, o acesso ao conhecimento e a formação do cidadão enquanto sujeito e futuro tecnólogo. O Projeto Institucional direciona tais auspícios, sinalizando para um atuar estratégico, na formação de quadros profissionais de nível superior; na produção de investigação científica, tecnológica e humanística e finalmente, na divulgação de seus alcances em toda área de abrangência e influência

Para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio permanece orientado pelas diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional, pelo que a IES se propõe a:

- a) Promover experiências de aprendizagem teórico-práticas de acordo com as mais atuais concepções sobre a aquisição de conhecimentos;
- b) Integrar a pesquisa de ensino, pois ela é o instrumento que supera, transforma e manipula a realidade;
- c) Fazer da extensão uma via de mão dupla, ou seja, recebendo da comunidade todo seu potencial e proporcionando a ela a utilização de recursos, serviços, conhecimentos, enfim, toda inovação técnico-científica gerada pela instituição.

14. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A FABASB preza pelo aperfeiçoamento do espírito científico e do pensamento reflexivo; a formação em diferentes áreas do conhecimento de profissionais para a inserção em demandas de mercado, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com a mesma uma relação de reciprocidade e participação no desenvolvimento socioeconômico em nível local e regional.

Partindo destes princípios, o Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio busca a formação de um profissional com um perfil, ao mesmo tempo, humanista, mercadológico, científico e cultural, preocupado com as demandas do mercado e as necessidades contemporâneas da sociedade. Neste sentido, procuraremos incentivar sempre a prática de projetos sociais e comunitários, sempre com o intuito de atingir uma diversificação plena da atuação do administrador que tem como matéria-prima do seu trabalho, além das práticas administrativas, a cultura, a política, a economia, enfim, a sociedade contemporânea.

14.1 Políticas de Inclusão Social

A FABASB expressa sua preocupação com as barreiras socioeducacionais que dificultam o acesso dos estudantes aos que pretende oferecer e a permanência nestes de muitos jovens. Busca mecanismos de atuação junto com candidatos e estudantes, mantendo sua finalidade específica de oferecer ensino, pesquisa e extensão, sempre investindo na qualificação da formação de seus

estudantes em todas as fases desse processo. Compreende, também, a importância social e acadêmica de ter, em todos os seus cursos, uma representação social, cultural e étnica mais consoante com a sociedade multicultural em que se vive, assegurando que todas as opiniões se façam presentes ao longo da vivência acadêmica dos estudantes, bem como a diversidade na produção do conhecimento.

A exclusão social é problema para a educação em geral, apresentando-se de modo especialmente agudo para as instituições particulares de ensino. A partir da esfera de suas atribuições específicas, responsabilidades e compromissos com propostas e ações destinadas a contribuir, de forma positiva, para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Desse modo, coloca-se como desafio para a instituição democratizar o acesso aos seus cursos, adotando estratégias que favoreçam candidatos oriundos dos grupos sociais menos favorecidos, sem prejuízo dos critérios de mérito que devem presidir esse processo. A FABASB reconhece seus compromissos com a questão e sua responsabilidade de contribuir para sua superação, entendendo que pode e deve tomar medidas específicas, intervindo nas condições de ingresso, considerando em seu processo seletivo as peculiaridades da formação oferecida pelo Ensino Médio na escola pública e apoiando candidatos desfavorecidos social e culturalmente, antes, durante e após o ingresso.

Com a finalidade de implementar uma política institucional de inclusão social, a FABASB definiu como objetivos:

- Ampliar as probabilidades de acesso dos estudantes egressos de escolas públicas;
- Atuar positivamente na superação das barreiras educacionais que dificultam esse acesso;
- Apoiar as escolas públicas, seus professores e estudantes, mediante ações especializadas;

- Apoiar, com ações específicas, a permanência dos estudantes no curso superior.

14.1.1 Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico Racial

A FABASB tem por finalidade atender ampla e irrestritamente todos os cidadãos garantindo o direito constitucional a educação. Para tanto, compreende que não reconhecer as diferenças é uma das maiores causalidades de aprofundar os mecanismos de discriminação e segregação existentes em nossa sociedade.

Portanto, está intimamente aliançada com as políticas governamentais de inclusão social para redução das desigualdades sociais, compreendendo que todos têm direito a oportunidade de educação superior de qualidade. No Brasil e particularmente na região de localização sociocultural da IES, há a expressão mais pungente da brasilidade a versão multiétnica do nosso povo. A região possui comunidade quilombola, no distrito de Tijuacu e comunidade indígena, no distrito Missão do Sahy, pertencente ao município de Senhor do Bonfim, cidade sede da IES.

A região em que se encontra a FABASB possui um panorama de expansão econômico social significativo e uma necessidade enorme de qualificação do trabalhador e habitante da região para que não haja necessidade da importação de profissionais de outras regiões mais ricas do Brasil e até mesmo do exterior. Deste modo, a instituição busca atender por meio do estabelecimento das relações, o convívio que coadune com os ditames legais da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, visando agência de transformação social a valorização da pessoa e construção histórica da sua identidade social e cultural.

14.2 Política de Acessibilidade

De acordo com o art. 27 da Lei 13.146/15, a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais,

intelectuais e sociais, seguindo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. De acordo com a lei 10.098/2000, a FABASB possui um plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação de tradutor de e interprete de Línguas Brasileiras de Sinais LIBRAS.

No que concerne o espaço físico, propicia aos portadores de deficiência física e sensorial, condições básicas de acesso ao ensino, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações, tendo como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas com Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. A FABASB está totalmente adaptada para propiciar condições de acesso aos portadores de necessidades físicas. Nesse sentido, trabalha na intenção de garantir a segurança e a confortabilidade dessas pessoas. Para elas, são asseguradas condições de acesso aos espaços de uso coletivo com eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, piso tátil, indicação de setores em braile, rampas com corrimãos, lavabos, bebedouros, instalações sanitárias adequadas com barras de apoio nas paredes e que permitam o acesso de cadeira de roda.

Para os alunos com deficiência auditiva, existe o compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, de intérpretes de libras/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno, flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico, aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado), materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

Para os alunos com deficiência visual é disponibilizado um aluno monitor, para ajudar no desenvolvimento do curso escolhido. É importante destacar que a reconhece a importância de desenvolver ações permanentes de capacitação e preparação dos docentes para receber e acolher os discentes portadores de necessidades especiais. Neste caso, existe um acompanhamento Psicopedagógico junto às coordenações dos cursos no que concerne a organização de atividades direcionadas para este objetivo. Como se pode observar o atendimento às pessoas com necessidades especiais não se restringe a esfera estrutural e técnica, mas foca principalmente a humana, pois se acredita que professores sensíveis e conscientes para essa questão, capacitados pedagogicamente para atuarem junto a esses alunos, fortalecem a Instituição a efetivar com qualidade o processo de inclusão, compreendendo-o em toda sua amplitude e complexidade.

Visando priorizar a viabilização dessa política a instituição possui:

- Vagas de estacionamento de uso exclusivo dos portadores de deficiência física, devidamente sinalizadas e indicadas segundo a norma ABNT 9050.
- Adequação da altura de equipamentos destinados a estudantes e funcionários portadores de necessidades especiais, como telefones, estantes de livros, bebedouros e interruptores de luz;
- Utilização de programação visual adequada, indicando de maneira clara os pontos adequados ao uso dos portadores de necessidades especiais;
- Rampas de inclinação suave e com corrimãos de altura adequada aos portadores de necessidades especiais; as calçadas possuem rampas de acesso nos padrões estabelecidos, permitindo que alunos ou visitantes portadores de necessidades especiais se locomovam.

- Garantia de espaçamentos adequados (mínimo de 1,50 m) em corredores e ambientes de uso coletivo como salões de exposição e auditórios;
- Manutenção dos corredores e acessos, livres de obstáculos (cestos de lixo, painéis de propaganda e bancadas) que possam impedir ou prejudicar a circulação de pessoas;
- Portas com larguras superiores a 80 cm; portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- Sinalização com piso tátil
- Sinalização de setores em braile.
- Docentes e funcionários aptos para o atendimento aos portadores de deficiência físico-motora, em iguais condições de tratamento dispensado aos estudantes não portadores de deficiência;
- Para os estudantes com deficiência auditiva, compromete-se formalmente, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso proporcionar:
- Intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este, não tenha expressado o real conhecimento do estudante;
- Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- Aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às disciplinas do curso em que o estudante estiver matriculado;

- Acesso aos professores de literatura e materiais de informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

Para os professores, alunos, funcionários e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, a FABASB pode proporcionar, além de ajudas técnicas, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente da oferta de:

- Informações sobre as características essenciais necessárias ao aprendizado dos portadores de necessidades especiais
- Cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas.
- Cursos para o entendimento da língua dos sinais, LIBRAS.

Para a comunidade, a oferta de:

- Campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças.
- Parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil para o reconhecimento dos direitos dos portadores de necessidades sociais como Direitos Humanos Universais.
- Integração Escola/Empresa para a oferta de estágios profissionais, incluindo empregos permanentes, com adequadas condições de atuação para os portadores de necessidades especiais.

14.2.1 Acessibilidade Atitudinal

Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Nesse sentido são propostas realizações de campanhas de conscientização para toda a comunidade acadêmica em diversos espaços da IES. As mesmas estão afeitas a cartazes, panfletos, adesivo de mesa, dentre outras peças, mensagens nas TVs localizadas em diferentes espaços na Instituição, papel de parede nos computadores, cartilhas explicativas, Seminários de sensibilização, discussões e aspectos legais dessa temática; todos os recursos são elaborados e publicados com mensagens referentes aos cuidados necessários que cada um deve ter com pessoas que demandam atendimento especializado.

14.2.2 Acessibilidade Metodológica

Também conhecida como pedagógica, indica ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente a concepção subjacente a atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

A instituição busca garantir a formação e sensibilização dos professores para que os mesmos utilizem metodologias de ensino que garantam o uso de estilos de aprendizagem diferentes, estimulando, assim, a participação e acesso de todos os estudantes, com ou sem deficiência.

14.2.3 Acessibilidade nas Comunicações e Digital

Eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais LIBRAS), escrita (revista, livro, apostila etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital). Eliminação de barreiras na comunicação, tecnologias assistivas, englobando equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência.

Para garantir a Acessibilidade nas Comunicações e Digital, a IES busca eliminar as barreiras na comunicação tanto física, como virtual, através da utilização das tecnologias, investindo em teclado em braile, placa de sinalização,

bem como equipamentos e programas adequados que proporcionam ou ampliam as habilidades funcionais de pessoas com deficiência.

14.2.4 Atendimento Prioritário, Imediato e Diferenciado

A FABASB tem normas internas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, funcionários portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, garantindo o atendimento prioritário, imediato e diferenciado aos alunos e docentes portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Quaisquer falhas por parte do corpo técnico-administrativo ou docente em seguir estas normas podem ser comunicadas pelo aluno diretamente à Coordenação ou à Direção da faculdade, que tomarão as providências cabíveis, conforme instrui o Regimento da Instituição, para que sejam respeitadas de fato a dignidade e a cidadania integral do indivíduo.

14.2.5 Serviço de Tradução e Interpretação da Língua Brasileira dos Sinais – LIBRAS

Vale ressaltar, porém, que em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005, a Língua Brasileira dos Sinais – LIBRAS foi inserida como disciplina obrigatório nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério. Nos demais cursos de educação superior, a LIBRAS é oferecida como disciplina optativo.

Assim sendo, prevê-se que, nos próximos anos, o contingente de alunos e professores, além de funcionários do corpo técnico-administrativo, preparados para entender e se fazerem entender em LIBRAS torne-se significativo, contribuindo para mais ampla integração de eventuais novos alunos dependentes deste meio de comunicação.

14.3 Políticas de Educação de Ambiental

A Instituição promove nas Matrizes Curriculares a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente através de

atividades curriculares e extra curriculares, nas Atividades Complementares e na disciplina de Gestão Sustentável.

14.4 Política de Comunicação Externa e Interna

A proposição de uma Política de Comunicação Institucional parte da necessidade da definição de um conjunto de ações estratégicas que orientem as práticas cotidianas de maneira uniforme, profissional e sistemática e o relacionamento da instituição com seus diversos públicos internos e externos, considerando, dentre outros valores, a transparência, a agilidade nos processos, a pro atividade, a qualidade e a inovação.

Na sociedade atual, em que a tecnologia e o compartilhamento das informações estão sempre presentes e em constante mudança, a comunicação apresenta-se como um grande desafio, mas também como elemento estratégico para o cumprimento da missão institucional e o alcance de seus objetivos.

O Programa de comunicação da FABASB tem como referência o modelo de Comunicação Organizacional Integrada, que pressupõe agregar todas as atividades de comunicação da instituição, considerando as características das diversas áreas. Considera-se ainda nessa política, o princípio de que a comunicação deve ser compreendida como uma ferramenta estratégica e desta forma precisa ser praticada por todos e que as ações devem ser sempre desenvolvidas em parceria com as áreas e com a definição das atribuições de cada uma.

São diretrizes da Política de Comunicação e Marketing:

- Assegurar a participação efetiva da área de Comunicação e Marketing da instituição;
- Alinhar serviços, processos, ações e comunicação;
- Orientar-se pelos resultados das avaliações internas e externas;
- Orientar-se pelo modelo de comunicação organizacional integrada

- Assegurar a visibilidade e a transparência das ações institucionais;
- Fortalecer a imagem institucional;
- Propiciar um ambiente que favoreça o comprometimento de toda a comunidade interna com as ações de comunicação;
- Garantir a comunicação integrada;
- Fortalecer o vínculo com o público interno e externo e
- Conhecer as necessidades da sociedade e do mercado educacional.

O Programa de Comunicação Interna e Externa da FABASB pretende orientar a execução da política de comunicação de forma a gerar e otimizar a notoriedade, a imagem e a reputação da instituição, de forma a viabilizar as metas e os objetivos institucionais. O programa também visa orientar quanto ao posicionamento e a imagem corporativa da Faculdade, inclusive no que tange a harmonização da identidade e o comportamento institucional, incluindo direcionamentos quanto ao discurso oral, escrito, visual e audiovisual da organização junto dos seus públicos estratégicos (interno e externo), além de direcionar a comunicação de forma estratégica com vistas a valorização da comunicação como ferramenta estratégica de comunicação e o controle e avaliação dos efeitos das ações planejadas.

A comunicação interna é o veículo ideal de propagação de uma cultura corporativa e um instrumento de direção e administração universitária. No que se refere a comunicação externa, o objetivo é a geração de efeitos comunicativos de natureza cognitiva, afetiva e comportamental. O foco é desenvolver a notoriedade e as atitudes positivas em relação à marca e em relação aos serviços oferecidos à comunidade.

Na circulação de informações são usados alguns recursos: ata, avisos, circular, ofícios, relatório, requerimento. Na comunicação com os alunos, e essa

propagação das informações e esta principalmente por meio dos murais, estes meios de comunicação interna divulga diversos tipos de informações como: avisos acadêmicos, eventos, oportunidades de emprego e estágios e horários de aula. Além de periódicas reuniões de representantes de turma com a Direção Acadêmica, com a finalidade de descobrir e solucionar possíveis problemas ou discutir sobre novos projetos, conta-se com o Atendimento Prioritário ao Aluno. Outro veículo de comunicação interna e externa é o e-mail institucional que é canal utilizado diariamente permitindo informar ou divulgar informações para alunos, professores, parceiro e demais funcionários.

As mídias digitais também são canais usados para a comunicação com o público interno e externo, como as redes sociais e o portal institucional. Além disso, a instituição mantém permanente contato com diferentes meios de comunicação, de alcances locais e regionais, e frequentemente está enviando release com notícias sobre a IES ao conhecimento de toda Região.

Assim sendo, é imprescindível a integração entre a comunicação interna e externa, cuja simbiose permite passar da realidade dos canais de informação, tendo como premissa básica: Toda e qualquer mecanismo de avaliação servirá para a melhoria contínua do processo de comunicação, tendo como premissa responder as demandas dos públicos interno e externo.

14.5 Política de Apoio à Produção de Material Didático Institucional

A presente política tem por finalidade apoiar a produção de material didático para atividades de ensino, de pesquisa ou de extensão a ser utilizado nos Cursos. Por material didático, entende-se qualquer forma de material que possa ser utilizado para os interesses inerentes ao ensino, à pesquisa ou à extensão em qualquer nível de escolaridade, como livros, coletâneas, apostilas, CD, DVD, jogos, blogs, portais, mídias eletrônicas diversas, dentre outros.

Parte-se do pressuposto de que a produção de material didático é, antes de tudo, um ato de criação onde a criatividade é elemento fundante. Considera-se que o material didático institucional é um componente essencial na qualidade da comunicação da instituição com seus estudantes. A política de apoio à produção

de material didático institucional se materializa na FABASB em três direcionamentos principais:

- Análise do material didático institucional produzido no âmbito dos Cursos, tendo em vista garantir sua conexão com a formação definida no Projeto Pedagógico do Curso, considerando sua abrangência, acessibilidade, bibliografia, aprofundamento e coerência teórica.
- Apoio especializado no campo da mediação pedagógica pelo material didático elaborado com tecnologias digitais e midiáticas, tomando por pressuposto a ideia do material didático como um elemento mediador que traz em seu bojo a concepção pedagógica que norteia o ensino e a aprendizagem.

Considera-se, ainda, a possibilidade de apoio que privilegia a produção coletiva, crítica e reflexiva, visando proporcionar o desenvolvimento da interatividade, da interação e da colaboração em prol da qualidade da aprendizagem dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CES 239/2008. Carga Horária das Atividades Complementares nos Cursos Superiores de Tecnologia. Homologado em 06 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://gg.gg/gqmok>>. Acesso em: 17 de jul.2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CES 436/2001. Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 6 de abril de 2001. Disponível em: <<http://gg.gg/gqmoz>>. Acesso em: 17 de jul.2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP 01/2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 31 de maio de 2012.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://gg.gg/gqmp9>>. Acesso em: 17 de jul.2020.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília. 2005. Disponível em: <<http://gg.gg/gqmpc>>. Acesso em: 17 de jul.2020.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <<http://gg.gg/gqmpg>>. Acesso em: 17 de jul.2020.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <<http://gg.gg/gqmpp>>. Acesso em: 17 de jul.2020.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Disponível em: <<http://gg.gg/gqmpz>>. Acesso em: 17 de jul.2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://gg.gg/gqmq1>>. Acesso em: 17 de jul.2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares para Cursos de Graduação do Ministério da Educação. Diretrizes de Cursos Tecnológicos – Cursos Superiores. Parecer CNE/CES nº 239/2008, de 6 de novembro de 2008, Orientações sobre Cursos Superiores de Tecnologia –Formação de Tecnólogo. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991> >. Acesso em: 17 de jul.2020.



BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo docente estruturantes e dá outras providencias. Disponível em: <<http://gg.gg/gqmr2>>. Acesso em: 17 de jul.2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Catalogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília. 2016. Disponível em: <<http://gg.gg/gqmr7>>. Acesso em: 17 de jul.2020.

CONFEA. Resolução nº 473, de 26 de novembro de 2002. Institui Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea e dá outras providências. Brasília. Disponível:< <http://gg.gg/kmyha>>. Acesso em: 17 de jul.2020.

ANEXOS



ANEXO I



PLANO DE TRABALHO DO PROJETO INTEGRADOR

FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM (FABASB)
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

Nome Completo do Aluno

TÍTULO DO PROJETO INTEGRADOR

Senhor do Bonfim

Ano de Publicação

**FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM (FABASB)
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO**

Nome do Aluno

TÍTULO DO PROJETO INTEGRADOR

Plano de Trabalho apresentado como requisito parcial para avaliação do Projeto Integrador do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio sob a orientação do Prof. (a). XXX.

Senhor do Bonfim

**PLANO DE TRABALHO DOCENTE DO PROJETO
INTEGRADOR**

Docente Coordenador:

Docentes Articuladores:

Docentes Orientadores:

Categoria:

Ementa:

Temática do período:

Objetivos (Geral e Específicos):

Metodologia:

Cronograma de execução:

Recursos:

Resultados:

Processo Avaliativo:

Referências:

PLANO DE TRABALHO DISCENTE

Título do projeto:

Discente(s):

Turma:

Docente Coordenador:

Docentes Articuladores:

Docente Orientador:

Proposta de trabalho/Recursos:

Cronograma de execução

Resultados a serem alcançados com o desenvolvimento do projeto:

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO DISCIPLINA

Docente Coordenador:

Docentes Articuladores:

Docentes Orientadores:

AVALIAÇÃO

Domínio do conteúdo individualmente e coletivo:

Articulação dialógica entre a teoria e a prática:

Interatividade/Trabalho cooperativo:

Organização e qualidade dos recursos utilizados:

Orientações dos trabalhos:

Instrumentos avaliativos:

Cronograma do plano proposto:

Outros aspectos, indicados pela Equipe de Trabalho:



AGRADECIMENTOS

Opcional.

REFERÊNCIAS

Devem ser listados apenas os trabalhos mencionados no texto, em ordem alfabética do sobrenome, pelo primeiro autor. Os títulos dos periódicos não devem ser abreviados. As referências devem obedecer às normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.



ANEXO II

REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO (ESO)

REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Estabelece os critérios para o desenvolvimento do Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) que compõem o currículo do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio ofertado pela Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB)

CAPÍTULO I

Estágio Supervisionado Obrigatório e suas finalidades

Art. 1º - O Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO), previsto na Lei nº 11.788 de 25/09/2008 e na Resolução CNE/CEB nº1 de 21/01/2004, obedecerá às presentes normas.

Art. 2º - O ESO é considerado atividade curricular obrigatória e se destina a propiciar ao aluno a complementação do processo de ensino e de aprendizagem, em termos de experiências práticas, visando:

I – Proporcionar a reflexão e a aplicação dos conhecimentos teóricos construídos durante a vida acadêmica;

II – Proporcionar um aprimoramento das práticas e métodos pertinentes cursos, adaptando-os às exigências do mercado de trabalho e dos mecanismos de modernização tecnológica;

III – desenvolver e aperfeiçoar habilidades e competências indispensáveis ao desempenho profissional.

Art. 3º - O ESO é formado por um conjunto de componentes curriculares obrigatórios.

CAPÍTULO II

Do local de realização e supervisão

Art. 4º - O ESO será realizado em Negócios Agropecuários; Agricultura Familiar, Agroindústrias, Cooperativas, Associações e outras organizações do ramo agrário, devidamente conveniadas com a FABASB, que apresentem condições de

proporcionar experiência prática na área de formação do aluno, respeitando o Artigo 2º deste Regulamento.

Art. 5º - A supervisão do ESO deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor supervisor da instituição de ensino, e dar-se-á pela modalidade indireta, e pelo profissional supervisor da parte concedente, comprovado por vistos de ambos nos relatórios periódicos referidos no inciso IV do caput do art. 7º da lei supracitada e por menção de aprovação final.

CAPÍTULO III

Da duração e da jornada diária de Estágio Supervisionado Obrigatório

Art. 6º - A duração do ESO é de acordo com o plano do curso.

Art. 7º - A jornada diária de ESO será compatível com o horário escolar do aluno, não excedendo a carga horária prevista na legislação.

CAPÍTULO IV

Da bolsa e do seguro de Estágio Supervisionado Obrigatório

Art. 8º – A entidade concedente poderá oferecer ao estagiário auxílio na forma de bolsa ou de qualquer outra modalidade de contraprestação de serviço que venha ser acordada.

Art. 9º – A Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB) providenciará seguro de acidentes pessoais para o estagiário.

CAPÍTULO V

Das atribuições dos envolvidos no processo do Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO)

Art. 10º – Ao coordenador do curso incube:

- I – Supervisionar o desenvolvimento das atividades do ESO;

Art. 11º – Ao Professor Orientador de Estágio incumbe:

- I. Avaliar as instalações da parte concedente do estágio obrigatório e sua adequação à formação cultural e profissional do educando.
- II. Propor o campo de estágio Obrigatório aos alunos, após avaliar sua adequação;
- III. Receber as propostas de estágio obrigatório com as respectivas documentações encaminhadas pelos alunos e verificar o correto preenchimento dos documentos;
- IV. Encaminhar após análise ao coordenador do curso para ciência e assinatura;
- V. Realizar contatos com os campos de estágios através de visitas aos locais e contatos telefônicos conforme as necessidades;
- VI. Determinar as datas de entrega das fichas de avaliação, procedendo a análise das mesmas e emitindo as notas, respeitando os prazos previstos no calendário escolar.

Art. 12º – Ao supervisor de campo incumbe:

- I. Ter conhecimento do plano de estágio assiná-lo e colaborar para o total alcance dos objetivos propostos, viabilizando a execução das atividades previstas;
- II. Disponibilizar horários para orientação e avaliação do aluno estagiário, bem como para os contatos com o professor da disciplina;
- III. Realizar o preenchimento das fichas de avaliação conforme orientação do professor supervisor e respeitando os prazos determinados.

Art. 13º – Ao aluno estagiário incumbe:

- I – Firmar o “Termo de Compromisso” com a entidade concedente, com interveniência da FABASB;
- II- Realizar todas as atividades previstas no plano de estágio de acordo com as normas técnicas e primando pelos princípios éticos;
- III – Respeitar as Cláusulas do “Termo de Compromisso”;
- IV – Apresentar ao Professor Orientador do Estágio as fichas que compõem o processo final de seu ESO, cumprida a carga horária prevista;
- V – Participar de todas as etapas de avaliação do ESO;

CAPÍTULO VI

Do desenvolvimento do Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO)

Art. 14º – O ESO será precedido da celebração do “Termo de Compromisso” entre o aluno e a entidade concedente, com interveniência da FABASB, o qual preverá as condições de sua realização e sua duração.

DO PLANO DE ESO

Art. 15º – O plano de ESO é formulado pelo professor supervisor, sendo referendado pelo estagiário, pela unidade concedente, pela coordenação do curso e pela Unidade Orientadora de Estágio sendo assinado pelas quatro partes.

DA AVALIAÇÃO DO ESO

Art. 16º – Para avaliação do ESO serão realizadas avaliações processuais referentes aos procedimentos técnicos previstos para cada disciplina de estágio e uma avaliação comportamental ao final de cada etapa, utilizando fichas elaboradas pelo colegiado de curso, tendo-se sempre presente as normas vigentes na instituição. A aprovação está condicionada as seguintes condições:

- I - Alcançar o mínimo de frequência igual a setenta e cinco por cento (75%) nas atividades da disciplina;
- II - Obter, a média mínima no conjunto de tarefas realizadas.

Parágrafo Único – Na disciplina de estágios não cabe período de recuperação, nem provas finais.

Art. 17º– Na avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário, serão consideradas:

- I – A compatibilidade das atividades desenvolvidas com o currículo do Curso e com o Plano de ESO;
- II – A qualidade e eficácia na realização das atividades;
- III – A capacidade inovadora ou criativa demonstrada através das atividades desenvolvidas;
- IV – A capacidade de adaptar-se socialmente ao ambiente.

Art. 18º – O aluno é responsável por entregar sua Pasta de ESO ao Professor Orientador ao final de cada semestre, que verificará se dela constam todos os documentos necessários à avaliação e após verificação e análise, encaminhará o resultado final à ciência da Coordenação do Curso e à Secretaria Acadêmica, a fim de que os documentos sejam arquivados na pasta individual do aluno.

Art. 19º – A inobservância dos prazos deste capítulo implicará na realização de novo estágio.

CAPÍTULO VIII

Da forma de inscrição no estágio

Art. 20º - Quando da Matrícula Acadêmica, o aluno deve incluir ESO no rol das disciplinas a cursar no semestre.

Art. 21º - Os professores orientadores de ESO serão designados após a conclusão da matrícula acadêmica.

Art. 22º – Após a matrícula o aluno será iniciar a prática da disciplina sob supervisão do seu Professor-Orientador.

CAPÍTULO IX

Do desligamento do estagiário

Art. 23º – O desligamento do estagiário da entidade concedente ocorrerá, automaticamente, após o prazo fixado no Termo de Compromisso.

Art. 24º – O aluno será desligado da entidade concedente antes do encerramento do período previsto no Termo de Compromisso nos seguintes casos:

- I – A pedido do estagiário, mediante comunicação prévia à entidade concedente;
- II – Por iniciativa da entidade concedente, quando o estagiário deixar de cumprir obrigação prevista no Termo de Compromisso;
- III – Por iniciativa da FABASB, quando a entidade concedente deixar de cumprir obrigação prevista no termo de Convênio ou no Termo de Compromisso;
- IV – Por iniciativa da FABASB, quando o aluno infringir normas disciplinares da Instituição que levem ao seu desligamento do corpo discente;

CAPÍTULO X

Da dispensa do Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO)

Art. 25º – Poderá ser dispensado do ESO o aluno que:

- I – Comprovar ter exercido atividade profissional correlata à habilitação cursada, nos últimos 2 (dois) anos, com carga-horária mínima condizente a

expressa no plano do curso, mediante declaração da empresa e fotocópia do correspondente registro na Carteira Profissional.

II – Comprovar, mediante cópia do Contrato Social da empresa, devidamente registrado na Junta Comercial, sua condição de empresário com atividade em área correlata à sua habilitação ou documentos comprobatórios de sua condição de autônomo, há pelo menos, 6 (seis) meses.

§ 1º - A dispensa a que se refere o caput deste artigo deverá ser requerida ao Coordenador de Curso.

§ 2º - O período de dispensa do ESO deverá ser requerido após a matrícula na respectiva atividade.

III- Comprovar ter realizado ESO não-obrigatório na sua área de formação há no máximo dois anos.

CAPÍTULO XI

Da formatação do relatório de estágio

Art. 26º – A elaboração e formatação do relatório de estágio deverá seguir os modelos inseridos nos apêndices desse regulamento.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27º – A ESO por parte do aluno não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza.

Art. 28º – Os casos omissos serão resolvidos pela Direção e Coordenação Ensino da FABASB, no que couber.

Art. 29º – O presente Regulamento terá vigência após sua aprovação pela Direção Supervisão da FABASB.

Profa. Regivan Gomes dos Santos

Diretora Geral da FABASB

Apêndices

APÊNDICE A – MODELO DE RELATÓRIO FINAL

O Relatório de Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) consiste em um trabalho acadêmico desenvolvido e discutido previamente com o professor orientador, devendo considerar os seguintes elementos:

CAPA

FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM (FABASB)

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

Nome Completo do Aluno

Relatório de Estágio: Nome da Empresa

Senhor do Bonfim

Ano de Publicação

Agradecimentos

Sumário

Resumo

1. Introdução

Descrever as justificativas para realizar o trabalho. Tratar da importância do tema para a organização.

2. Descrição do espaço de realização do estágio

Descrever as características gerais do local onde o estágio foi realizado.

3. Objetivos

Apresentar objetivo geral e objetivos específicos.

4. Referencial teórico

Apresentar os tópicos teóricos que serão tratados no relatório final.

5. Atividades desenvolvidas

6. Referências

Listar os autores e respectivas obras que possuem relação com o tema em estudo e ajudará a responder à pergunta de partida.

7. Anexos



Apêndice C – Relatório de atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO (ESO)

Curso		
Estagiário		
Organização		
Supervisor de Estágio		
Orientador		
Período de Referência	de: ____/____/____	a: ____/____/____

Resumo das Atividades Desenvolvidas

--

Local, data

Estagiário

Supervisor de Estágio



Apêndice L – termo de aceitação de Estagiário

TERMO DE ACEITAÇÃO DE ESTAGIÁRIO

Organização	
Supervisor de Estágio	
Cargo do supervisor	
Estagiário	
Área temática do Estágio	

Através deste termo me responsabilizo pelo acompanhamento do Estagiário quanto:

1. ao fornecimento de orientação sobre o desenvolvimento de atividades profissionais pertinentes à área temática do Estágio;
2. ao reconhecimento do conteúdo apresentado no relatório de atividades;
3. à validação do conteúdo do relatório final de Estágio conforme a realidade da organização.

Local, data

Supervisor de Estágio



Apêndice E – termo de validação do relatório final

TERMO DE VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

Organização	
Supervisor de Estágio	
Cargo do supervisor	
Estagiário	
Área temática do Estágio	

Confirmo o conhecimento do conteúdo do relatório final apresentado pelo estagiário pelo que atesto a sua fidedignidade à realidade desta organização.

Local, data

Supervisor de Estágio

Apêndice F – Checklist de atividades

CHECKLIST DE ATIVIDADES

Organização	
Supervisor de Estágio	
Cargo do supervisor	
Estagiário	
Área temática do Estágio	

PRODUTO	PRAZO	DATA DE ENTREGA
Definição de tema		
Documentação de comprovação de vínculo		
Termo de aceitação		
Anteprojeto		
1ª versão do Relatório final		
Versão final impressa		
Versão final eletrônica		
Termo de validação do RF		

Apêndice G – Modelo de Cronograma de atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO)

Data	Atividade
x	Definição do tema e entrega da documentação ao orientador
y	Entrega do anteprojeto
z	Entrega da 1ª versão do relatório de estágio
w	Entrega da 2ª versão do relatório de estágio
q	Entrega da versão definitiva do relatório de estágio



ANEXO I

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)



REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Estabelece os critérios para realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que compõem o currículo do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio ofertado pela Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB)

TÍTULO I Da Caracterização

Art.1º - O Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade obrigatória para os discentes do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB). Esta atividade é realizada sob a supervisão do Coordenador do Curso e orientação de outro professor por ele designado, constituindo-se disciplina obrigatória, sujeita a avaliação e aprovação.

TÍTULO II Dos Objetivos

Art. 2 - O Trabalho de Conclusão de Curso permite aos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB) desenvolver sua capacidade na produção de textos que reúnam as condições necessárias à publicação acadêmica.

TÍTULO III Das Condições

Art. 3 - O Trabalho de Conclusão de Curso poderá se realizar em todos os campos e áreas de atuação do Tecnólogo em Agronegócio, podendo ainda se dar nas áreas específicas da habilitação na qual o aluno for matriculado.

Art. 4 - O Trabalho de Conclusão de Curso será realizado, conforme previsto na matriz curricular, no 6º semestre, totalizando uma carga horária de 160 horas. A

sua realização, apresentação e aprovação sob condições imprescindíveis para a obtenção do grau de Tecnólogo em Agronegócio concedido pela Faculdade Baiana do Senhor do Bonfim (FABASB).

TÍTULO IV

Da Operacionalização

Art. 5 - A operacionalização do Trabalho de Conclusão de Curso se dará mediante a adoção de duas metodologias distintas e complementares:

I - Orientação temática ao aluno sob a responsabilidade do professor-orientador que poderá orientar um máximo de 10 alunos a cada semestre. Os professores-orientadores serão designados pelo coordenador do curso levando-se em conta as suas áreas de interesse em relação à pesquisa. As atividades serão desenvolvidas e acompanhadas através de encontros previamente marcados pelo professor-orientador com cada um dos alunos individualmente, e fora do horário de aula normal. Além destas reuniões, o professor-orientador poderá, a qualquer tempo, solicitar a marcação de reuniões extraordinárias sempre que necessárias ao bom andamento do projeto desenvolvido.

II - Atividades individuais de pesquisa, incluindo levantamento e pesquisa bibliográfica, levantamento de informações de fontes primárias e secundárias, elaboração dos relatórios parciais, submissão do trabalho na Pré-banca e apresentação do trabalho final à banca.

Art. 6 -A realização do Trabalho de Conclusão de Curso se dará de forma individual ou em dupla, de acordo com a complexidade do tema.

TÍTULO V

Dos Tipos de Trabalho

Art. 7 - Tendo em vista as características existentes no Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB)., serão aceitos como Trabalhos de Conclusão de Curso as seguintes modalidades de produção científica:

I – Artigos Científicos (modelo Apêndice A);

II – Plano de Intervenção/Extensão Rural (modelo Apêndice B);

III – Plano de Negócio (modelo Apêndice C),

TÍTULO VI

Da Avaliação

Art. 8 - A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso será feita individualmente, em duas etapas complementares, não cabendo 2ª Chamada ou Prova Final em nenhuma delas.

I - 1ª Etapa: Submissão do trabalho na Pré-banca, conforme calendário divulgado pela Coordenação do curso.

II - 2ª Etapa: Ao final do curso, momento no qual os trabalhos serão apresentados publicamente, cada trabalho será avaliado por uma banca composta por três professores, sendo um deles obrigatoriamente o professor-orientador. A banca atribuirá conceitos a cada um dos trabalhos, conforme critérios a seguir relacionados.

Art. 9 -O trabalho final deverá ser entregue ao professor orientador, em três vias, até a data previamente definida pela Coordenação de curso. A decisão sobre o encaminhamento do trabalho à banca será de responsabilidade exclusiva do professor-orientador.

Art. 10 - O encaminhamento, pelo professor orientador, do trabalho à banca não significa que o mesmo está previamente aprovado.

Art. 11 - A avaliação final na disciplina é feita individualmente pela atribuição de conceitos pela banca, sendo a aprovação obrigatória para a concessão do diploma de Tecnólogo em Agronegócio da Faculdade Baiana do Senhor do Bonfim (FABASB), em todas as suas habilitações.

Art. 12 -Para a definição do conceito do Trabalho de Conclusão de Curso serão considerados os seguintes critérios, de forma individual:

- I - Assiduidade aos encontros previamente agendados pelo professor orientador;
- II - Comprometimento e proatividade no cumprimento das atividades definidas pelo professor orientador;
- III - Avaliação do trabalho parcial submetido à Pré-banca.
- IV - Cumprimento de todos os prazos definidos pela Coordenação de curso e pelo professor orientador e

V - Avaliação do trabalho realizado pela banca. Neste critério serão contemplados os seguintes aspectos: objetividade e domínio do tema na apresentação oral; atendimento satisfatório às perguntas elaboradas pela banca; cumprimento do tempo limite de apresentação; e demais critérios exigidos na formulação do trabalho escrito.

Art. 13 -Serão considerados aprovados os alunos que obtiverem, na banca, os conceitos:

- I – Aprovado
- II – Aprovado com Restrição

Art. 14 -Os alunos que obtiverem o conceito Aprovado com Restrições deverão, obrigatoriamente, refazer seus trabalhos de acordo com as indicações da banca para fins de nova submissão de acordo com o prazo previamente estabelecido pela Coordenação.

Art. 15 -Os alunos reprovados deverão se rematricular na disciplina submetendo-se novamente a todas as etapas previamente estabelecidas.

TÍTULO VII

Dos Professores Orientadores

Art. 16 - Cada professor poderá orientar no máximo dez (10) alunos.

Art. 17 - A inscrição definitiva na disciplina está condicionada ao cumprimento de duas etapas distintas:

- I - Inscrição, de acordo com o calendário acadêmico, na disciplina TCC e
- II - Definição do professor-orientador pela Coordenação do Curso, até dez (10) dias após o início do semestre letivo.

Regivan Gomes dos Santos

Diretora Geral

APÊNDICE A – MODELO DE ARTIGO CIENTÍFICO

Título e subtítulo (se houver): devem estar na página de abertura do artigo separados por dois pontos e centralizado

Nome do autor I¹

Nome do autor II (se houver)²

Nome do orientador³

Resumo

Texto, com uma quantidade predeterminada de palavras, onde se expõe o objetivo do artigo, a metodologia utilizada para solucionar o problema e os resultados alcançados. não deve ultrapassar 250 palavras, constituído de uma sequência de frases concisas e objetivas.

Palavras-chave: São palavras características do tema que servem para indexar o artigo, até 5 palavras separadas por ponto final.

Abstract

Uma tradução ao Inglês do resumo feito acima.

Keywords: Tradução das palavras-chave.

Introdução

Parte inicial do artigo, deve conter a delimitação do assunto e os objetivos da pesquisa.

Segundo a NBR 14724, o texto deve ser digitado no anverso da folha, utilizando-se papel de boa qualidade, formato A4, formato A4 (210 x 297 mm), e impresso na cor preta. Utiliza-se a fonte tamanho 12 para o texto e tamanho 10 para as citações longas diretas ou nas notas de rodapés. A numeração deve ser colocada no canto superior direito, a 2 cm. da borda do papel com algarismos arábicos e tamanho da fonte menor, sendo que na primeira página não leva número, mas é contada. O espaçamento entre as linhas é de 1,5 cm. As notas de rodapé, o resumo, as referências, as legendas

¹ Breve currículo do autor I : colocar a graduação em que está e o e-mail pessoal.

² Breve currículo do autor II (se houver): colocar a graduação em que está e o e-mail pessoal.

³ Breve currículo do orientador: colocar a todas as titulações a nível superior do orientador e o e-mail pessoal/institucional.

de ilustrações e tabelas, as citações textuais de mais de três linhas devem ser digitadas em espaço simples de entrelinhas. Não deverá ter espaçamento entre parágrafos, ou seja, deverá ser simples.

O objetivo da Introdução é situar o leitor no contexto do tema pesquisado, oferecendo uma visão global do estudo realizado, esclarecendo as delimitações estabelecidas na abordagem do assunto, os objetivos e as justificativas que levaram o autor a tal investigação para, em seguida, apontar as questões de pesquisa para as quais buscará as respostas. Deve-se, ainda, destacar a Metodologia utilizada no trabalho. Em suma: apresenta e delimita a dúvida investigada (problema de estudo - o quê), os objetivos (para que serviu o estudo) e a metodologia utilizada no estudo (como).

Desenvolvimento (Não deixar esta palavra aqui, elaborar um título para esta seção e para as outras subseções)

Parte mais importante do artigo, deve conter a exposição do assunto tratado. Pode ser dividido em seções e subseções.

Nesta parte do artigo, o autor deve fazer uma exposição e uma discussão das teorias que foram utilizadas para entender e esclarecer o problema, apresentando-as e relacionando-as com a dúvida investigada.

O corpo do artigo pode ser dividido em itens necessários que possam desenvolver a pesquisa. É importante expor os argumentos de forma explicativa ou demonstrativa, através de proposições desenvolvidas na pesquisa, onde o autor demonstra, assim, ter conhecimento da literatura básica, do assunto, onde é necessário analisar as informações publicadas sobre o tema até o momento da redação final do trabalho, demonstrando teoricamente o objeto de seu estudo e a necessidade ou oportunidade da pesquisa que realizou.

As citações curtas (até três linhas) diretas são incluídas no texto destacadas entre “aspas”, precedidas ou sucedidas da indicação de autoria. As indiretas também devem ter a indicação da fonte consultada.

Exemplo de citação direta curta:

“Esses três fatores determinam a motivação do indivíduo para produzir em quaisquer circunstâncias em que se encontre” (CHIAVENATO, 2000, p. 310).

Ou

Para Chiavenato (2000, p. 310) esses três fatores determinam a motivação do indivíduo para produzir em quaisquer circunstâncias em que se encontre”.

As citações longas (mais de três linhas) devem ser transcritas em bloco separado do texto, com recuo esquerdo de 4 cm a partir da margem, justificado, com a mesma fonte do texto, em tamanho 10 e espaçamento simples.

Exemplo de citação longa direta:

A motivação está relacionada ao sistema de cognição de cada um, onde este sistema inclui os valores pessoais, e é influenciado pelo ambiente físico e social. Chiavenato (2000, p. 302) afirma:

A motivação representa a ação de forças ativas e impulsionadoras: as necessidades humanas. As pessoas são diferentes entre si no que tange à motivação. As necessidades humanas que motivam o comportamento humano produzem padrões de comportamento que variam de indivíduo para indivíduo.

Ou

De acordo com Chiavenato, a motivação está relacionada ao sistema de cognição de cada um, onde este sistema inclui os valores pessoais, e é influenciado pelo ambiente físico e social:

A motivação representa a ação de forças ativas e impulsionadoras: as necessidades humanas. As pessoas são diferentes entre si no que tange à motivação. As necessidades humanas que motivam o comportamento humano produzem padrões de comportamento que variam de indivíduo para indivíduo (CHIAVENATO, 2000, p. 302).

Considerações Finais

Parte em que se apresenta as conclusões correspondentes aos objetivos e hipóteses propostos.

Após a análise e discussões dos resultados, são apresentadas as conclusões e as descobertas do texto, evidenciando com clareza e objetividade

as deduções extraídas dos resultados obtidos ou apontadas ao longo da discussão do assunto. Neste momento são relacionadas às diversas ideias desenvolvidas ao longo do trabalho, num processo de síntese dos principais resultados, com os comentários do autor e as contribuições trazidas pela pesquisa.

Cabe, ainda, lembrar que a conclusão é um fechamento do trabalho estudado, respondendo às hipóteses enunciadas e aos objetivos do estudo, apresentados na Introdução, onde não se permite que nesta seção sejam incluídos dados novos, que já não tenham sido apresentados anteriormente.

Referências

Todo documento utilizado e citado no trabalho deve constar na lista de referências.

SOBRENOME, Nome. **Título do livro**: subtítulo (se houver). nº ed. (Número da edição, se houver). Volume (Se houver). Local/Cidade: Editora, Ano.

Exemplos:

GILBERTO, Cotrim; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos de Filosofia**. São Paulo: Saraiva, 2010.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dário. **História da Filosofia**: Filosofia pagã antiga. 4.ed. Vol.1. São Paulo: Paulus, 2003.

Se constar o autor na página este deve ser indicado, caso contrário colocar o nome do site. (Minha orientação será: utilizar sites apenas que contenham autores, preferencialmente, confiáveis – consultar o professor).

SOBRENOME DO AUTOR, Nome. **Título do texto**: subtítulo (se houver). In.: Nome da revista ou site em que o texto se encontra. Data da Publicação. Disponível em: website visitado. Acesso em dia, mês abreviado, ano.

Exemplos:

BENOIT, Blaise. Versuch e genealogia. O método nietzschiano: “dinamitar” o bom senso ou fazer advir uma concepção corporal da razão? In: **Dissertatio**. N.33, p.63-86, 2011. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/isp/dissertatio/revistas/33/03.pdf>. Acesso em 01 out. 2015.



LACERDA, Tiago. Edifício do Professor. III. **IG-DOXA**. 31 de agosto de 2014.
Disponível em: <http://tgdoxa.blogspot.com.br/2014/08/edificio-do-professor.html>.
Acesso em 23 de abril de 2017.



APÊNDICE B – MODELO DE RELATÓRIO FINAL DE PROJETO DE INTERVENÇÃO/EXTENSÃO RURAL

CAPA

FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM (FABASB)

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

Nome Completo do Aluno

Relatório de Projeto de Intervenção/Extensão Rural

Título do Projeto

Senhor do Bonfim

Ano de Publicação

FABASB – FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

Nome do (s) Aluno (s)

Relatório de Projeto de Intervenção/Extensão Rural

Título do Projeto

Relatório apresentado como requisito parcial para avaliação da disciplina Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio sob a orientação do Prof. (a). XXX.

Senhor do Bonfim

Ano de Publicação

ELEMENTOS DO RELATÓRIO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO/EXTENSÃO RURAL

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

Capa: A capa deve conter: nome da instituição, título do trabalho, nome completo do autor, local e data.

Folha de rosto: Inclui todos os dados da capa acrescida do texto que justifica a razão para realização do trabalho;

Dedicatória: É opcional e está direcionada a quem o autor dedica o trabalho. Deve ser breve e deve estar localizada a direita e na parte inferior.

Epígrafe: Inclui uma citação escolhida pelo autor para destacar em seu trabalho. Pode estar entre aspas ou em itálico ou em negrito, tendo abaixo a autoria. Recomenda-se a mesma localização da dedicatória.

Agradecimento: É a página que o autor dirige a palavra de reconhecimento às pessoas e/ou instituições que contribuíram de maneira relevante para a realização do trabalho.

Resumo: Apresentação concisa dos pontos relevantes do trabalho, ou seja, natureza do trabalho, metodologia, resultados e conclusões. Deve ser escrito na terceira pessoa. É encabeçado pela palavra **RESUMO** em negrito e letras maiúsculas. O texto deve estar em espaço simples. Ao final inclui palavras-chaves;

Listas: são listas de ilustrações (figuras, quadros e tabelas), siglas e símbolos;

Sumário: É a enumeração das principais divisões de capítulos do trabalho. É encabeçado pela palavra **SUMÁRIO** em negrito e letras maiúsculas.

1. Introdução

1.1. Problematização

1.2. Pergunta de partida

1.3. Hipótese (se houver)

1.4. Objetivo geral

1.5. Objetivos específicos

1.6. Justificativa

1.7. Estruturação do trabalho

2. Referencial teórico (em capítulos distintos, se for o caso)

3. Abordagem situacional da organização (deve ser desenvolvida em capítulo(s) específico(s), através da apresentação do histórico da instituição, da sua estrutura organizacional e do seu processo de planejamento).

Referências sugeridas para a elaboração do capítulo

a) Para o desenvolvimento do conteúdo onde será abordada a estrutura organizacional:

CURY, Antônio. *Organização e Métodos*, São Paulo: ATLAS, 1992.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Sistemas Organização & Métodos*. 2ª ed. 384 pág. São Paulo: ATLAS, 2004.

b) Para o desenvolvimento do conteúdo onde será abordado o planejamento da organização:

COSTA, Eliezer Arantes da. *Gestão Estratégica*. 1ª de, 292 pág. São Paulo: Saraiva, 2002.

MONTGOMERY, Cynthia & PORTER, Michael E. *ESTRATÉGIA: A Busca da Vantagem Competitiva*. 4ª de, 528 pág. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Estratégia Empresarial & Vantagem Competitiva*. 3ª de, 456 pág. São Paulo: Atlas, 2001.

4. Procedimentos de pesquisa ou Metodologia (se for o caso)

Referências sugeridas para a elaboração do capítulo

Yin, R. K. *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. *Métodos de Pesquisa em Administração*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

5. Desenvolvimento do tema com análise de resultados elaborado em capítulo específico

Deve ser elaborado em capítulo específico a partir da estrutura desenvolvida no referencial teórico. Os resultados devem, obrigatoriamente, ser comentados em uma perspectiva crítica).

6. Conclusões

Apresenta as evidências das análises qualitativas e/ou quantitativas. Discute e analisa os resultados do estudo, ante a perspectiva do referencial teórico.

ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

Referências: inclui todas as obras citadas ou não que contribuíram para a elaboração do trabalho.

Glossário: É a relação de palavras ou expressões técnicas necessárias a boa compreensão do texto. É opcional.

Apêndice: É um texto ou documento elaborado pelo autor. opcional e tem por objetivo complementar a compreensão do trabalho sem sobrecarga aos elementos textuais.

Anexos: Documentos de caráter opcional, com finalidade elucidativa, mas que não foram desenvolvidos pelo autor.



APÊNDICE C – MODELO DE PLANO DE NEGÓCIO

CAPA

FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM (FABASB)

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

Nome Completo do Aluno

PLANO DE NEGÓCIO

Título

Senhor do Bonfim

Ano de Publicação

CONTRA CAPA

FABASB – FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

Nome do (s) Aluno (s)

PLANO DE NEGÓCIO

Título

Plano de Negócio apresentado como requisito parcial para avaliação da disciplina Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio sob a orientação do Prof. (a). XXX.

Senhor do Bonfim

Ano de Publicação



ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIO

1 Informações sobre o responsável pela proposta.

Nome:			
Identidade:	Órgão Emissor:	CPF:	
Endereço:			
Bairro:	Cidade:	Estado:	CEP:
Telefone:	FAX:	E-mail	
Formação Profissional:			
Atribuições no Empreendimento:			

2 Natureza/Descrição do empreendimento:

Individual	<input type="checkbox"/>	Limitada	<input type="checkbox"/>	Sociedade Anônima	<input type="checkbox"/>
------------	--------------------------	----------	--------------------------	-------------------	--------------------------

Razão Social:		
Nome Fantasia:		
CGC -	Insc. Estadual	Insc. Municipal

2.1.-Nome dos sócios e respectivas participações na empresa

Nome	Participação

2.2. Áreas de competência tecnológica (áreas de conhecimento técnico que são dominadas)

Nome	Área

2.3 Responsáveis pela gestão do empreendimento (por área).

Área	Responsável
Administração	
Financeira	
Produção	
Tecnológica	
Comercial	
Outras (especificar)	

3 PLANO ESTRATÉGICO

3.1 – Missão e objetivos estratégicos:

3.2 – Ameaças e oportunidades:

3.3 – Pontos fortes:

3.4 – Pontos fracos:

4 Produtos e serviços.

4.1 – Descrição do produto/serviço.

4.2 – Foco do Negócio. (Mercado potencial e concorrência)

4.3 - Diferenciais dos produtos/serviços (em relação aos disponíveis no mercado)

4.4 – Estágio atual do desenvolvimento do produto/serviço*

FASE	ESTÁGIO	Estágio atual	Cronograma por semestre					
			1º Sem	2º Sem	3º Sem	4º Sem	5º Sem	6º Sem
01	Maturação da ideia							
02	Em especificação							
03	Em desenvolvimento							
04	Em teste							
05	Protótipo							
06	Demonstração em cliente							
07	Em comercialização							

* Quando o projeto se referir a mais de um produto/serviço, fazer um cronograma para cada produto, separadamente.

5) Comercialização

5.1 – Estratégias de venda e assistência técnica.

6) Plano de investimentos

6.1 – Investimentos iniciais

Descrição	Valor
1. Estudo de mercado	
2. Registro de marcas e patentes	
3. Honorários	
4. Registro da Empresa	
5. Máquinas e Equipamentos	
6. Móveis / Utensílios	
7. Capital de giro	
8. Outros (especificar)	
9. Total	

6.2 – Origem dos recursos (investimentos iniciais)

Valor Total	Recursos próprios (%)	Recursos de terceiros (%)	Reinvestimento (%)
R\$			

7) – Receita e custos

7.1 – Receitas operacionais

Ano	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
1º Ano					
2º Ano					
3º Ano					

3. Despesa Operacional														
4. Despesa não operacional														
4. Investimento														
(B) Total de Saída														
(C) Saldo no mês														

A = (1 + 2); B = (2 + 3 + 4); C = (A – B); Total = Soma (Mês 1 à 12)

10) Indicadores

10.1 – Ponto de equilíbrio anual: *Primeiro ano (se não houver previsão de receita para o primeiro ano, não considere este item)*

$$P.E = \frac{\text{Custo Fixo Anual}}{\text{Receita Prevista Anual} - \text{Custo Variável}} \times 100$$

10.2 – Tempo de retorno do investimento (TR): *Número de meses necessário para recuperar o dinheiro aplicado no investimento inicial.*

$$TR = \frac{\text{Investimento Inicial}}{\text{Resultado operacional}} \times 12$$

11) Utilização da infraestrutura da incubadora

11.1 – Área física necessária:

11.2 – Necessidades quanto a serviços administrativos, treinamento, consultoria, laboratórios, oficinas etc.:

12 – Considerações finais (Texto Livre)



ANEXO III

REGULAMENTO DE ATIVIDADES

COMPLEMENTARES

ANEXO III - REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Estabelece os critérios para o aproveitamento e a validação das atividades acadêmicas complementares que compõem o currículo pleno dos cursos de graduação da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB

TÍTULO I

DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

Capítulo I

Da Natureza, do Objetivo e da Finalidade

Art. 1º As Atividades Acadêmicas Complementares são constituídas por atividades extracurriculares, que podem ser integralizadoras ou adicionais ao currículo de cada curso de graduação da Instituição, desde que comprovadas pela documentação necessária correspondente.

§1º Atividade Acadêmica Complementar é toda e qualquer atividade elencada nos Anexos deste Regulamento.

§2º As Atividades Acadêmicas Complementares oferecidas pela Instituição estarão estreitamente associadas às dimensões de Ensino, Pesquisa e Extensão e serão organizadas em 4 (quatro) eixos transversais:

I – Cidadania;

II – Científico-Acadêmico;

III – Empregabilidade, Empreendedorismo e Inovação; e

IV – Sustentabilidade.

§3º A organização das Atividades Acadêmicas Complementares nos eixos previstos neste Regulamento visa garantir ao discente o acesso às atividades relevantes de sua formação acadêmica, profissional e cidadã.

§4º As Atividades Acadêmicas Complementares não definidas nos Anexos deste Regulamento, assim como a eventual necessidade de alteração de carga horária

máxima de uma atividade, deverá ser analisadas por solicitação do Coordenador do Curso.

§5º As atividades estruturadas, as atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) e o Trabalho de Conclusão de Curso não se confundem com as Atividades Acadêmicas Complementares.

§6º As Atividades Acadêmicas Complementares devem ser desenvolvidas durante o curso de graduação, sem prejuízo das demais aulas e de outras atividades curriculares.

Art. 2º As Atividades Acadêmicas Complementares têm por objetivo estimular o discente a participar de experiências diversificadas que contribuam para sua formação acadêmica, agregando habilidades e competências ao seu perfil.

Art. 3º As Atividades Acadêmicas Complementares possuem por finalidade o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional, fortalecendo as relações dos discentes com a sociedade.

Capítulo II

Das Atividades

Art. 4º Para cada tipo de Atividade Acadêmica Complementar serão computadas horas AC que, somadas, ao final do curso, deverão atingir o quantitativo mínimo obrigatório para cumprimento da carga horária total disposta na matriz curricular.

§1º A Colação de Grau do discente somente será realizada após a integralização de todos os créditos mínimos previstos na matriz curricular do curso, incluindo as Atividades Acadêmicas Complementares.

§2º O quantitativo mínimo obrigatório de Atividades Acadêmicas Complementares deve ser atendido pelo discente, respeitando-se o prazo máximo para integralização do curso definido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Art. 5º O cômputo das horas de Atividades Acadêmicas Complementares deverá respeitar o quantitativo descrito no Anexo deste Regulamento, bem como:

- a) A quantidade de horas de Atividades Acadêmicas Complementares apropriadas a serem atribuídas para cada uma das atividades elencadas;

- b) O limite de 30% (trinta por cento) do total da carga horária de Atividades Acadêmicas Complementares estabelecido para o cumprimento de horas de Atividades Acadêmicas Complementares externas, sendo vedada a solicitação de inclusão de horas de Atividades Acadêmicas Complementares externas acima do referido limite para aqueles que já tiverem integralizado este quantitativo.

Art. 6º O discente que ingressar na Instituição, por meio de transferência externa, fica sujeito ao cumprimento da carga horária total de Atividades Acadêmicas Complementares do seu curso.

§1º As Atividades Acadêmicas Complementares realizadas pelo discente na Instituição de Ensino Superior de origem devem ser compatíveis com as Atividades Acadêmicas Complementares estabelecidas neste Regulamento.

§2º A carga horária atribuída às Atividades Acadêmicas Complementares realizadas na Instituição de Ensino Superior de origem será computada como Atividade Acadêmica Complementar externa, no entanto, neste caso, e somente neste caso, será permitido ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) disposto no Art. 5º deste Regulamento.

Capítulo III

Do Discente

Art. 7º Compete aos discentes matriculados nos cursos de graduação da Instituição:

- I. Informar-se sobre este Regulamento e sobre as Atividades Acadêmicas Complementares oferecidas dentro ou fora desta Instituição que propiciem horas de Atividades Acadêmicas Complementares, conforme descrito nos Anexos deste Regulamento;
- II. Participar efetivamente das Atividades Acadêmicas Complementares;
- III. Realizar o procedimento indicado pela Secretaria da Instituição para o lançamento e a validação das Atividades Acadêmicas Complementares;
- IV. Apresentar a documentação comprobatória de sua participação efetiva nas Atividades Acadêmicas Complementares realizadas, sempre que solicitado.

Art. 8º As atividades realizadas pelos discentes que possam se enquadrar como horas de Atividades Acadêmicas Complementares ou horas de estágio só

poderão ser computadas ~~uma vez~~. Não será admitido que a mesma atividade seja contabilizada como horas de Atividades Acadêmicas Complementares e horas de estágio.

Art. 9º Nos casos de Atividades Acadêmicas Complementares externas, é indispensável a apresentação da documentação comprobatória da efetiva participação do discente, contendo a especificação de carga horária, do período de execução e a descrição da atividade.

Capítulo IV

Do Registro, da Validação e do Lançamento de Horas

Art. 10º O cômputo da carga horária realizada por meio das Atividades Acadêmicas Complementares dependerá da comprovação da realização da atividade e, se for o caso, do aproveitamento do discente na respectiva atividade acadêmica complementar.

Parágrafo único. A carga horária das Atividades Acadêmicas Complementares deverá obedecer ao previsto nos Anexos deste Regulamento.

Art. 11º A validade das Atividades Acadêmicas Complementares está sujeita à análise e à aprovação da Instituição, mediante a apresentação da documentação comprobatória da realização da atividade.

Art. 12º O registro da participação do discente nas Atividades Acadêmicas Complementares internas ocorrerá por meio de formulário próprio.

TÍTULO II

Das Disposições Finais

Art. 13º É de responsabilidade do discente o cumprimento da carga horária total de suas Atividades Acadêmicas Complementares.

Art. 14º Os casos omissos serão analisados pela Coordenação do Curso, com aprovação da Reitoria ou órgão delegado, de acordo com o Regimento Interno da Instituição.

Regivan Gomes dos Santos

Diretora Geral

APÊNDICES A – ATIVIDADES COMPLEMENTARES EXTERNAS

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	COMPROVANTE	LIMITE DE CH
EVENTOS ACADÊMICO-CIENTÍFICOS	Participação de congressos, seminários, simpósios, fóruns, mesas redondas, conferências e outros eventos do tipo com abrangência nacional.	Comprovante de participação	Carga Horária do Evento
CERTIFICAÇÕES NA ÁREA DO CURSO	Certificações na área do curso	Certificado contendo: nome completo do aluno, nome da certificação	20
APRESENTAÇÃO DE TRABALHO EM EVENTO ACADÊMICO-CIENTÍFICO	Apresentação de trabalho acadêmico em eventos científicos	Comprovante de participação e apresentação do evento	20
VIVÊNCIA PROFISSIONAL NA ÁREA DO CURSO C.H.	Atividade profissional remunerada ou não, incluindo estágio e emprego (exceto estágio obrigatório)	Declaração carimbada e assinada da instituição onde realizou o trabalho ou estágio contendo: nome completo do aluno, nome da instituição e o total de horas trabalhadas	Até o limite de 30% da C.H. de AAC do curso de graduação
CURSOS ONLINE E PRESENCIAIS	Cursos online e presenciais desvinculados à instituição, incluindo cursos profissionalizantes e de línguas	Certificado de conclusão contendo: nome completo do aluno, nome da instituição e carga horária do curso	Carga horária do curso C.H. até o limite de 90 horas
TRABALHO VOLUNTÁRIO	Trabalho voluntário em instituições	Declaração carimbada e assinada da instituição onde realizou o trabalho voluntário	Até o limite de 30% da C.H. de AAC do curso de graduação
PALESTRAS	Palestras fora da instituição mediante apresentação de certificado de participação	Certificado de participação carimbado e assinado contendo: nome da palestra e nome completo do aluno	Carga Horária do Evento
COMPETIÇÕES UNIVERSITÁRIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	Participação em competições universitárias	Certificado de participação carimbado e assinado contendo: nome do evento e nome completo do aluno	25
INTERCÂMBIO	Realização de intercâmbio sem convênio da Estácio	Declaração carimbada e assinada da instituição onde realizou o intercâmbio contendo: nome completo do aluno, nome da instituição e total de horas de intercâmbio.	50

